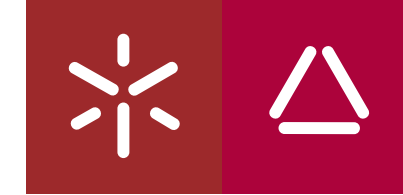


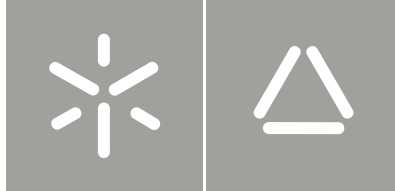


Alberto José Frutuoso Ribeiro de Sousa

**As termas públicas e privadas de
Bracara Augusta:
Os casos de estudo da R. D. Afonso
Henriques e da R. Gualdim Pais**

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Alberto José Frutuoso Ribeiro de Sousa

**As termas públicas e privadas de
Bracara Augusta:
Os casos de estudo da R. D. Afonso
Henriques e da R. Gualdim Pais**

Relatório de Estágio

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Manuela Martins

Declaração

Nome: Alberto José Frutuoso Ribeiro de Sousa

Endereço eletrónico: alberto.jose.sousa@gmail.com

Telefone: 963157779

Número do Bilhete de identidade: 12368375

Título do relatório de estágio:

As termas públicas e privadas de *Bracara Augusta*: os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais

Orientadora:

Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

Ano de conclusão: 2012

Ramo do conhecimento do Mestrado:

Arqueologia

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTE RELATÓRIO.

Universidade do Minho, ____/____/2012

Assinatura: _____

Agradecimentos

São várias as pessoas sem as quais este trabalho não poderia ter sido realizado. A todas elas fica o meu mais sincero e profundo agradecimento. Caso me tenha esquecido de alguém, fique sabendo que o meu imenso obrigado também é para si.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Professora Manuela Martins, por ter aceitado desde logo ser minha orientadora. Agradeço os longos momentos que teve de discussão comigo, mesmo antes de se iniciar este estágio, as palavras de incentivo e toda a confiança que em mim depositou.

Aos demais professores e professoras do curso de licenciatura e de mestrado de arqueologia, sobretudo aos professores José Meireles, Maria do Carmo Ribeiro, Rui Morais e Helena Carvalho, pelo conhecimento que em mim incutiram nesta longa caminhada que agora se conclui.

A todos os funcionários da Unidade de Arqueologia, sobretudo à Engenheira Natália Botica pela disponibilidade demonstrada. Sem eles muito deste trabalho não teria sido levado a bom porto. À Fernanda e à Cristina o meu imenso obrigado por muito me terem ajudado. Muito deste trabalho é também trabalho vosso. Fico-vos eternamente agradecido, pelo tempo que comigo perderam e pela vossa eterna paciência.

A minha gratidão vai também para toda a equipa do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, particularmente para o Dr. Armandino Cunha por me ter disponibilizado toda a documentação relativa à escavação que dirigiu do balneário da R. D. Afonso Henriques e pela amabilidade de me ter recebido ao longo de uma série de reuniões.

A toda a equipa do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, sobretudo à D. Clara Lobo e ao Sr. Lino, por me terem bem recebido nos dias em que por lá passei.

Aos meus amigos, sobretudo ao Nelson, Johnny, Xico e Rui que quase me deram como desaparecido, durante o longo tempo e execução deste trabalho.

À Liliana, à Cátia e à Patrícia por se terem imediatamente disponibilizado para me ajudar naquilo que eu precisasse neste trabalho. Obrigado pelos bons momentos passados.

Um agradecimento especial aos colegas de mestrado, sobretudo à Joana e ao Márcio pelos longos almoços e pelas conversas de incentivo que fomos tendo ao longo deste estágio. Ao Hélder um especial obrigado pela disponibilidade demonstrada na cedência da descrição das canalizações, usadas neste relatório.

Um obrigado imenso à minha família, sobretudo aos meus pais, por me terem aguentado nesta minha caminhada. Ao meu irmão Sílvio por me considerar um “grandessíssimo académico”. Ao meu avô Joaquim, almirante desta grande embarcação, que do alto dos seus 93 anos de vida continua a ser um exemplo para mim, muito daquilo que hoje sei de história foi-me por ele ensinado. À minha tia Filomena e à minha prima Sónia, pelos exemplos que são para esta família. À eterna memória do meu padrinho que muita saudade deixou.

E como por último vêm sempre os primeiros, um obrigado do tamanho do mundo à minha “sweet ladybug” que é a minha namorada Joana, por não me ter nunca deixado desistir. Sem ti nunca me teria sequer inscrito no mestrado. Há mais para te agradecer que do palavras para expressar.

“O que acontece no mundo é que toda a gente nasce de alguma forma poeta, inventor de alguma coisa que não havia antes deles não serem.”

Agostinho da Silva

Resumo

O presente relatório tem como objetivo principal apresentar os resultados obtidos a partir do estudo de dois equipamentos termais de *Bracara Augusta*, realizado no âmbito de um estágio que teve lugar na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho no ano académico de 2011-2012. Considerando o elevado número de questões que este tema apresentava, foi fundamental o estudo crítico de um conjunto de resultados provenientes de intervenções anteriores, fruto de trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto de *Bracara Augusta*.

Tendo em vista aprofundar o nosso conhecimento sobre as termas de *Bracara Augusta* foram selecionados dois casos de estudo, que se consideraram representativos das termas públicas e privadas que são características dos espaços urbanos romanos. A escolha recaiu no balneário público da Zona Arqueológica da Rua D. Afonso Henriques, escavado pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga e no balneário privado da Zona Arqueológica da Rua Gualdim Pais, escavado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Os dois edifícios foram identificados no âmbito de trabalhos de avaliação do potencial arqueológico de áreas para as quais estavam previstas obras, pelo que nenhum dos edifícios analisado se encontra completo.

Como base para este estudo, foram usados os cadernos de campo das escavações, a partir dos quais se procurou realizar uma pesquisa exaustiva de toda a documentação disponível. Com a recolha e sistematização dos dados, foram formuladas novas interpretações dos referidos sítios, facto que permitiu ampliar o conhecimento relativo às termas da cidade de *Bracara Augusta*.

No caso da Zona Arqueológica da Rua D. Afonso Henriques, onde já era suposto existirem umas termas públicas, foi possível confirmar, a partir da projeção dos espaços, a existência de um edifício termal de cariz público, de grandes dimensões, eventualmente datado do período antonino, que foi objeto de várias remodelações. Na zona arqueológica da Rua Gualdim Pais verificou-se a existência de um conjunto de ruínas de uma possível unidade habitacional datada do período alto-imperial, a qual durante os finais do século III/ inícios do século IV terá sido dotada de um balneário, de cariz privado, que terá funcionado com grande probabilidade até finais do século IV/inícios do século V.

Abstract

This report aims to present the main results obtained from the study of two thermal equipments of *Bracara Augusta*. This study was conducted as part of a stage held at the Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho during the academic year of 2011-2012. Given the large number of issues that featured this subject it was fundamental to undertake a critical study of a range of results coming from previous interventions carried out under the archaeological project of *Bracara Augusta*.

Considering our goal to further understand the thermal baths of *Bracara Augusta*, two case studies were selected, which were considered representative of both public and private equipments, which are features of all the Roman urban spaces. The choice fell on the public building of the Archaeological Zone of Rua D. Afonso Henriques, excavated by the “Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga” and the private baths of the Archaeological Zone of Rua Gualdim Pais, excavated by the “Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho”. Both buildings have been identified within the assessment of the archaeological potential for areas for which constructions were planned, therefore any of the considered equipment is complete.

As a basis for this study, we used the field notebooks of the excavations from which we tried to perform exhaustive research for all the available documentation. With the collection and systematization of the data new interpretations of the considered sites were formulated, which allowed increasing knowledge relating to the Roman baths of *Bracara Augusta*.

Regarding of the archaeological zone of Rua D. Afonso Henriques, in which it was assumed the existence of a public equipment, it was confirmed the presence of a large public thermal building, eventually dating back to the antonine’s period, which was the object of several renovations. In the archaeological area of Rua Gualdim Pais, it was verified the presence of a set of ruins of a possible housing unit, dated from the high imperial period, which has been provided with a *balneum* during the late III century/beginning of IV century, which would have operated until the end the IV century/beginnings of V century.

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	ix
Abstract	xi
Índice	xiii
Lista de figuras	xvii
Lista de apêndices	xix
Lista de abreviaturas	xxi

Introdução	3
-------------------	----------

Parte I Introdução ao estudo das termas romanas

1 Estado da Arte	9
-------------------------	----------

2 Breve historiografia de <i>Bracara Augusta</i>	14
---	-----------

2.1 Historial da cidade de <i>Bracara Augusta</i>	14
---	----

2.2 As termas romanas de <i>Bracara Augusta</i>	18
---	----

3 Objetivos	23
--------------------	-----------

4 Fontes para o estudo das termas romanas	24
--	-----------

4.1 Fontes arqueológicas	25
4.2 Fontes literárias e impressas	32
5 Metodologia de análise	35
5.1 Interpretação dos dados de campo	35
5.2 Registo e apresentação dos dados	38
 Parte II Análise das intervenções arqueológicas	
1 Z.A. R. D. Afonso Henriques	41
1.1 Introdução	41
1.2 Estruturas identificadas	43
<i>1.2.1 Muros</i>	43
<i>1.2.2 Pavimentos</i>	45
<i>1.2.3 Estruturas de condução de água</i>	46
<i>1.2.4 Blocos</i>	46
1.3 Áreas de banhos e estruturas associadas	47
 2 Z.A. R. Gualdim Pais	53
2.1 Introdução	53
2.2 Estruturas identificadas	53
2.2.1 Muros	54
2.2.2 Pavimentos	54
2.2.3 Pilares	55
2.2.4 Estruturas de condução de água	55

2.3 Fases construtivas: cronologia e interpretação	56
2.3.1 Fase I Fase pré balneário (século I/II)	56
2.3.1.1 <i>Cronologia</i>	56
2.3.1.2 <i>Análise das estruturas</i>	56
2.3.1.3 <i>Análise da estratigrafia</i>	57
2.3.2 Fase II Construção balneário (séculos III/IV)	58
2.3.2.1 <i>Cronologia</i>	58
2.3.2.2 <i>Análise das estruturas</i>	58
2.3.2.3 <i>Análise da estratigrafia</i>	59
2.3.2.4 <i>Interpretação do edificado</i>	60
2.3.3 Fase III Remodelação do balneário (2ª metade do século IV?)	61
2.3.3.1 <i>Cronologia</i>	61
2.3.3.2 <i>Análise das estruturas</i>	62
2.3.3.3 <i>Análise da estratigrafia</i>	62
2.3.3.4 <i>Interpretação do edificado</i>	62
2.3.4 Fase IV Abandono (século V/VI)	63
2.3.4.1 <i>Cronologia</i>	63
2.3.4.2 <i>Análise das estruturas</i>	64
2.3.4.3 <i>Análise da estratigrafia</i>	65

2.3.5 Fase V Século VI/XX	66
<i>2.3.5.1 Cronologia</i>	66
<i>2.3.5.2 Análise das estruturas</i>	66
<i>2.3.5.3 Análise da estratigrafia</i>	66
Considerações Finais	71
Bibliografia	79
Apêndices	

Lista de Figuras

Figura 1	Localização de <i>Bracara Augusta</i> , no contexto da Península Ibérica.	14
Figura 2	Distribuição das termas públicas e dos balneários privados, conhecidos em <i>Bracara Augusta</i> , e sua inserção na eventual malha urbana.	18
Figura 3	Planta geral das Termas de Caracala.	30
Figura 4	Vista das ruínas da R. D. Afonso Henriques, em fase de escavação.	41
Figura 5	Vista parcial das ruínas da área 2, da escavação da R. D. Afonso Henriques.	47
Figura 6	Vista S/N da piscina P1, da área 4, da escavação da R. D. Afonso Henriques.	49
Figura 7	Vista parcial das ruínas da R. D. Afonso Henriques, em fase de escavação	52
Figura 8	Vista sul/norte da sondagem G3, da escavação da R. Gualdim Pais.	57
Figura 9	Vista E/O das sondagens G1 e G2, da escavação da R. Gualdim Pais.	61
Figura10	Vista geral da sondagem G3, da escavação da R. Gualdim Pais.	64

Lista de Apêndices

Apêndice 1	Planta geral das ruínas da R. D. Afonso Henriques.
Apêndice 2	Planta interpretada da escavação da R. D. Afonso Henriques.
Apêndice 3	Planta com interpretação dos espaços da R. D. Afonso Henriques.
Apêndice 4	Cortes N/S e E/O da escavação da R. D. Afonso Henriques.
Apêndice 5	Planta final da escavação da R. Gualdim Pais.
Apêndice 6	Cortes das sondagens G1, G2 e G3 da escavação da R. Gualdim Pais.
Apêndice 7	Diagrama de Harris da escavação da R. Gualdim Pais.
Apêndice 8	Restituição 3D do balneário da R. Gualdim Pais.

Lista de Abreviaturas

Fig.	Figura
GACMB	Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga
MADDs	Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa
R.	Rua
SIAUA	Sistema de Informação para a Arqueologia desenvolvido pela Unidade de Arqueologia
UAUM	Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
UE	Unidade Estratigráfica
ZA	Zona Arqueológica

Introdução

Atualmente, a palavra *termas* é frequentemente associada a um complexo turístico, um local de luxo e de relaxamento. No entanto, este conceito deriva da sua origem greco romana que, para além de visar a higiene, apresentava uma grande conotação do coletivo, sendo nestes “banhos públicos” que um determinado grupo de pessoas se reunia, quer para eventos sociais, quer de negócios. Acredita-se que nalguns destes edifícios as regras da antiga Roma ditavam uma ordem específica de utilização das *termas*, devendo cada utilizador banhar o seu corpo com determinados óleos, aos quais se poderiam seguir alguns exercícios físicos, sendo que apenas depois passariam à utilização das *termas* propriamente ditas, atravessando as diversas salas quentes, de forma a dilatar os poros, finalizando com um banho frio e purificador do corpo e espírito. No entanto, deve salientar-se, seguramente, que o modelo de banhos exportado a partir da capital do Império não seria seguido à risca nas demais partes do mundo romano. Este facto é sustentado por diversos dados arqueológicos, que sugerem que não existiriam dois equipamentos *termais* iguais.

Desta forma, o presente relatório tem como objetivo principal apresentar os resultados arqueológicos obtidos a partir do estudo dos equipamentos *termais* identificados em *Bracara Augusta*, realizado no âmbito de um estágio que decorreu na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), ao longo do ano académico de 2011-2012. Considerando a abrangência deste tema, foi fundamental realizar um estudo crítico, mas setorial, de um conjunto de resultados provenientes de intervenções arqueológicas realizadas no âmbito do projeto de *Bracara Augusta*. Desta forma pretende-se, com o seguinte relatório, apresentar os resultados obtidos na análise e caracterização de dois conjuntos *termais* romanos, um público e outro privado, tendo em vista valorizar a temática das *termas* e o modo como estes edifícios foram integrados na vida da cidade romana.

Tendo em conta o tempo disponível para a realização deste trabalho, e na impossibilidade de se estudar todas as *termas* de *Bracara Augusta*, optou-se pelo estudo de dois complexos *termais* identificados no decorrer de duas intervenções arqueológicas, uma realizada num logradouro da Rua (R.) D. Afonso Henriques, potencialmente de carácter público e outra num logradouro da R. Gualdim Pais, de carácter mais privado.

Uma das primeiras tarefas realizadas durante este estágio passou pela conversão do sistema de complexos para o sistema de unidades estratigráficas (UEs). Esta medida permitiu uma uniformização dos dados de campo obtidos em diferentes sondagens. Após este procedimento inicial, procedeu-se ao estudo e caracterização das duas intervenções acima mencionadas. Contudo, é de salientar que o presente relatório pretende não só dar a conhecer um pouco melhor o contexto específico dos monumentos analisados, mas também potenciar futuros estudos, nomeadamente sobre o edifício termal da R. D. Afonso Henriques.

Apesar da presença de diversas especificidades inerentes a cada edifício termal, é possível observar-se uma combinação de recorrências neste tipo de edifícios, nomeadamente no que concerne à existência de um conjunto de salas quentes e frias, bem como o uso recorrente de um sistema de aquecimento por hipocaustos. Neste sentido, procurámos elaborar uma descrição detalhada deste tipo de espaços, sobretudo no que concerne aos seus muros, esquemas decorativos, sistemas de abastecimento e drenagem de águas, bem como às suas fases construtivas, e ainda ao esquema de circulação de banhos, de forma a se obter uma caracterização o mais detalhada e exata possível dos dois edifícios aqui estudados.

Relativamente à apresentação do relatório, optou-se por dividir o mesmo em dois grandes capítulos estando, por sua vez, cada um deles subdivididos em diversas partes. Deste modo, num primeiro capítulo, denominado de introdução ao estudo das termas romanas, procurou fazer-se uma síntese do estado da arte, referenciando brevemente as principais obras que procuram sistematizar a temática em causa. O segundo ponto reporta-se a um breve historial de *Bracara Augusta*, designadamente no que concerne ao histórico da cidade, bem como às principais intervenções arqueológicas em torno da temática balnear em época romana. Finalmente, o terceiro, quarto e quinto pontos referem-se aos objetivos, às fontes usadas e à metodologia seguida na realização deste estágio. No segundo capítulo deste relatório serão explorados os dados recolhidos com a interpretação dos dois arqueossítios analisados. Em primeiro lugar serão apresentados os dados identificados ao longo das duas campanhas escavação de 1998 e 2002, realizadas na zona arqueológica da R. D. Afonso Henriques, a partir dos dados contidos nos cadernos de campo. De seguida analisam-se os dados referentes à escavação da R. Gualdim Pais. Sublinhamos para o primeiro caso as dificuldades resultantes da manipulação de um avultado conjunto de dados provenientes da intervenção arqueológica, característico da sua qualidade de edifício termal público. A complexidade das reformas deste edifício e a sua longa ocupação não nos permitiu elaborar uma

sequenciação completa da sua evolução, a qual exigiria o estudo dos materiais de diferentes épocas, impossível de realizar no tempo útil do nosso estágio. Assim, a interpretação global do edifício permanece em aberto, procurando-se neste trabalho valorizar algumas das suas características, uma vez que se trata de um edifício termal de grande importância para o conhecimento da antiga cidade de *Bracara Augusta*.

Em modo de conclusão, o presente relatório apresentará uma síntese dos dados referentes ao estudo das intervenções da Zona Arqueológica (ZA) da R. D. Afonso Henriques, bem como da R. Gualdim Pais, procurando-se fazer uma análise comparativa dos dois edifícios termais nelas localizados. Para tal, far-se-á um balanço de todos os dados obtidos nas diversas escavações, valorizando-se os diferentes espaços de banhos identificados, assim como todos os elementos arquitetónicos recorrentes em cada uma das zonas intervencionadas.

Esperamos deste modo contribuir para uma melhor compreensão das termas públicas e privadas de *Bracara Augusta*, na esperança de que o tema continue a colher o interesse de outros investigadores.

Parte I

Introdução ao estudo das termas romanas

1 Estado da Arte

Para se conseguir perceber com clareza a evolução dos edifícios termais romanos é preciso, antes de mais, compreender os seus antecedentes. Estes edifícios podem ser entendidos como uma invenção arquitetónica itálica (Grimal, 2003: 79), muito embora esta não seja uma invenção pura, pois é necessário compreender que estes edifícios têm antecedentes gregos, inspirando-se nos modelos helenísticos de *balaneion* (Nielsen, 1990: 6). O primeiro exemplar conhecido deste tipo de arquitetura é o das termas Estabianas de Pompeia (Eschebahr, 1979 *apud* Martins, 2005: 73). No entanto, estes edifícios apenas se tornaram populares após Agrippa ter mandado construir o seu edifício termal no Campo de Marte, em Roma. Posteriormente, a partir dos finais do século I a.C., assiste-se a uma difusão deste tipo de construções para as províncias. (Nielsen, 1999:35). A partir de Augusto verifica-se que este tipo de edifícios se tornou relativamente uniforme, quer em termos de tecnologia construtiva, quer nas características da sua organização interna, muito embora fosse permitida alguma liberdade aos construtores, razão pela qual não existem dois edifícios termais iguais (Martins, 2005: 73). No entanto, constata-se que, nas províncias ocidentais, sobretudo na Gália do Sul, na Península Ibérica e na Mauritânia Tingitana, as termas se assemelham mais aos modelos italianos, visto que os agentes irradiadores da cultura romana, nesses territórios, foram sobretudo civis, imigrantes ou negociantes (Martins, 2005: 73).

O exponencial aumento do número de edifícios termais, juntamente com a nova organização dos espaços interiores, aliados à generalização do uso de abóbadas, de nichos e de janelas envidraçadas, que se abriam para o exterior, articulando este tipo de monumentos com a sua envolvente, são das mais significativas inovações introduzidas nos períodos entre Nero e os Flávios (Martins, 2005:74).

Já na época Adriânica, estes edifícios termais tinham sido alvo de novas inovações, sendo que em alguns casos se instalaram salas de formas diferenciadas, que enriqueciam e embelezavam os espaços, fazendo com que o luxo se sobrepusesse à *utilitas* (Mar, 2000).

Até aos anos 80 do século XX, o estudo das termas romanas foi um pouco negligenciado relativamente ao de outros edifícios (DeLaine, 1999: 7). Contudo, os primeiros estudos sobre os edifícios termais da Antiguidade remontam ao século XVI, quando alguns humanistas encetaram investigações bastante diversas relativas a essa temática. Esses estudos pioneiros incidiram sobre questões muito diversas, passando mesmo por análises químicas e terapêuticas das águas termais

(Pérez Morillo, 1997: 21). No entanto, teríamos que aguardar pelo início do século XX, mais especificamente pelo ano de 1929, para ver surgir o trabalho de D. Krencker, tendo este autor elaborado um valioso catálogo dos planos dos edifícios conhecidos, bem como uma proposta tipológica para este tipo de monumentos (Martins, 2005: 74). Apesar deste importante impulso inicial, apenas na década de 60 do século passado é que se volta a assistir a um novo surto de estudos. A. Grenier lançou, durante esta década, um catálogo onde procurou reunir todos os edifícios termais conhecidos até então na Gália (Grenier, 1960).

Uma obra basilar sobre este tipo de edifícios é, sem dúvida alguma, a de J. Degbomont, intitulada “*Le chauffage par hypocauste dans l’habitat privé: de la Place St. Lambert à Liège à l’Aula Palatina de Trèves*”, publicada em 1984. Esta obra revela-se de grande interesse, uma vez que constitui o único estudo sistemático sobre os sistemas denominados de hipocausto, que aqueceriam os edifícios termais.

Após mais uma vintena de anos, em que a temática das termas pareceu novamente votada ao esquecimento, começaram a surgir com mais frequência importantes trabalhos científicos, como os de Manderscheid, em 1988 (Martins, 2005: 74).

Da responsabilidade de Ricardo Mar, surge em 1990, um artigo que importa salientar para este estudo, dedicado à análise das termas de tipo médio de Óstia, no qual este autor publicou alguns dados preliminares sobre as termas de pequena e média dimensão desta antiga cidade romana.

Entre as principais obras de referência para o estudo dos complexos termais romanos podemos salientar o estudo de I. Nielsen, intitulado “*Thermae et Balnea*”, lançada em 1990, onde é dada especial atenção ao estudo da evolução dos edifícios, desde os seus antecessores gregos, até ao século IV, não esquecendo a análise da sua estrutura arquitetónica, dos seus elementos constitutivos e esquemas de circulação, entre outros. Outra obra de referência é, sem dúvida, a de F. Yegül, “*Baths and Bathing in classical antiquity*”, publicada em 1992, onde o autor procura fazer uma síntese da evolução deste tipo de edifícios, recorrendo a exemplares conhecidos um pouco por todo o Império Romano. Quer a obra de F. Yegül, quer a de I. Nielsen refletem um interesse acrescido pelo estudo desta temática, constituindo as primeiras grandes sínteses sobre este tipo de arquitetura de lazer.

Relativamente a congressos pode destacar-se, em 1993, a edição do volume “*Utilizació de L’Aigua a les Ciutats Romanes*”, a cargo da Universitat Rovira I Virgil, sob a direção de Ricardo Mar, Jordi López e Lluís Piñol, onde se procurou, através de um conjunto vastíssimo de artigos, fazer

uma síntese dos edifícios termais da região da Catalunha, Valência e Tarragona. Importa salientar aqui a abordagem das temáticas relativas à divisão dos edifícios termais em três grandes categorias: urbanos, suburbanos ou salutíferos.

Em 1996 ocorre o primeiro congresso peninsular dedicado às termas medicinais, intitulado “*Termalismo Antiguo*”, onde são abordadas as mais distintas temáticas, desde o povoamento relacionado com o termalismo, até potenciais terapêuticas das águas salutíferas. Este congresso teve a particularidade de ter contado com comunicações que abordaram o termalismo na longa duração, abrangendo a Antiguidade clássica e a Idade Média. Deste encontro resultou a edição de um livro de atas, sobre a direção de María Jesús Peréx Agorreta, editado pela Casa de Velázquez, em 1997.

Em 2000 realizou-se, em Gijón, um colóquio intitulado “*Termas romanas no Ocidente del Império*”, cujas atas foram publicadas sob a direção de Fernández Ochoa e Garcia Entero, integrando um importante conjunto de contribuições que documentam um significativo impulso no estudo dos equipamentos termais (Martins, 2005: 75).

Da autoria de Maria Pilar Reis surge, em 2004, a obra “*Las termas y balnea romanos de Lusitania*”, onde a autora procurou sistematizar todos os edifícios termais conhecidos nesta província do Império. Importa aqui referir a divisão que é feita dos edifícios termais, agrupando-os em dois grandes tipos: urbanos e rurais.

Para o território nacional, é de salientar o estudo pioneiro das termas de Conímbriga, realizado por J. Alarcão e R. Étienne, publicado em 1977. Estas termas viriam a ser posteriormente valorizadas no âmbito de um outro artigo da autoria de Virgílio Correia e Maria Pilar Reis, intitulado “*As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana*”, onde é abordado, de forma detalhada, cada um dos edifícios termais então conhecidos (Correia e Pilar Reis, 2000: 271-280).

Outro exemplo bem estudado são as termas romanas de Troia, sobre as quais foi publicado, em 2010, um artigo com o título “*As termas de Troia: documentos escritos e materiais do Museu Nacional de Arqueologia*”, da autoria de Ana Cristina Lopes Verdasca.

No Norte de Portugal cabe destacar os conjuntos termais escavados em *Tongobriga* (Dias, 1997), em Chaves (Silva *et al.*, 2007) e em *Bracara Augusta*, no âmbito das escavações realizadas pela UAUM, desde 1976 e pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB), desde 1991.

Diretamente relacionado com a temática do presente trabalho cabe referir o artigo da autoria de Manuela Delgado, publicado em 1987, intitulado “*Notícia preliminar do salvamento do quarteirão da R. Gualdim Pais*”, no qual é feita uma síntese de alguns dos dados resultantes desta intervenção, sobretudo no que concerne às sondagens 1 a 3, tendo então sido identificado um balneário privado de uma *domus*. Este artigo serviu como primeiro patamar de apoio à realização do presente relatório.

Posteriormente viriam a ser dados a conhecer outros conjuntos termais de *Bracara Augusta*. Um deles é constituído pelo balneário das Carvalheiras, dado a conhecer por Manuela Martins (1998: 23-46). Uma análise mais detalhada do edifício foi desenvolvida no âmbito de uma tese de mestrado, defendida na Universidade do Minho, da autoria de José Rui da Silva, (2000). Mais recentemente este balneário, inicialmente considerado como privado, foi interpretado como público (Martins, Ribeiro e Meireles, 2011: 30-31).

No entanto, o exemplar melhor conhecido e estudado das termas públicas de *Bracara Augusta* está representado pelo edifício do Alto da Cividade. Apesar de ter sido identificado em 1977, a sua escavação integral só seria concluída em 1999, tendo a primeira proposta de reconstituição do monumento surgido em 2000 (Martins e Silva, 2000). Posteriormente, o edifício seria analisado em pormenor no âmbito da tese de Mestrado da Arquiteta Paula Silva (2000; 2003), que propôs a restituição arquitetónica do edifício na sua primeira fase, datada dos inícios do século II. Em 2005 foi editado o estudo integral do edifício, com o título “*As termas romanas do Alto da Cividade: um exemplo de arquitetura pública de Bracara Augusta*”, da autoria de Manuela Martins, no qual se procede à análise das quatro fases do balneário. Esta publicação refere, ainda, o conjunto dos edifícios termais conhecidos então na cidade (Martins, 2005: 65).

De grande importância para o estudo dos conjuntos termais de *Bracara Augusta* é a tese de mestrado de Fernanda Magalhães, intitulada “*Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*”, defendida em 2010, onde a autora procura fazer um estudo aprofundado da arquitetura doméstica da cidade romana de Braga, que inclui nalguns casos balneários privados.

De salientar uma outra tese, desta vez de doutoramento, da autoria de Jorge Ribeiro, relativa à temática da arquitetura romana em *Bracara Augusta*. Com este trabalho foi realizado um primeiro grande estudo do conjunto das técnicas construtivas identificadas na construção dos diferentes monumentos da cidade romana. Esta obra procurou sistematizar as técnicas usadas na construção dos edifícios públicos e privados, contendo abundantes referências aos sistemas de hipocausto.

Mais recentemente, o projeto europeu “*Water Shapes Meanings, uses and the architectural Works of the most precious gift*”, procurou valorizar o estudo da água, tendo daqui resultado um conjunto bastante significativo de publicações. Saído de um dos encontros deste projeto, temos o volume de atas da reunião internacional ocorrida em Girona, em 12 e 13 de Julho de 2011, com o título “*Aquae Sacrae Agua y Sacralidade en la Antigüedad*”, sob a direção de Ana Costa, LLuísPalahi e David Vivó (Costa, Luís Palahi e David Vivó eds., 2011). De entre as inúmeras comunicações aí reunidas, cabe destacar aquela que mais se insere dentro da temática agora em estudo, sobretudo por se referir às termas de *Bracara Augusta*. Com o título “*As termas públicas de Bracara Augusta e o abastecimento de água da cidade romana*”, os autores, Manuela Martins, Maria do Carmo Ribeiro e José Meireles Baptista, fazem uma síntese dos complexos balneares públicos, com destaque para os dois monumentos melhor conhecidos: as termas públicas do Alto da Cividade e o balneário das Carvalheiras (Martins, Ribeiro e Meireles, 2011: 69).

Ainda dentro do projeto acima referido, destaca-se a publicação do livro “*Água um património de Braga*”, editado em 2012 (Martins *et al.*, 2012), que reflete sobre um conjunto de dados em torno da temática da água, desde a caracterização hidrogeográfica da envolvente da cidade, fazendo referência aos numerosos vestígios associados ao uso da água encontrados nas intervenções realizadas no âmbito do “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*”, abarcando, uma vez mais, um largo espaço temporal desde a Proto-História até à Idade Moderna. Num capítulo dedicado à época romana, várias são as referências aos equipamentos termais existentes na cidade.



Figura 1 - Localização de *Bracara Augusta*, no contexto da Península Ibérica (Martins *et al.*, 2012: 34).

2 Breve historiografia de *Bracara Augusta*

2. 1 Historial da cidade de *Bracara Augusta*

Quando os Romanos concluíram a conquista e pacificação do NO peninsular, na sequência das guerras cantábricas (Martins, 2009: 184), já existiria um conjunto significativo de cidades na Hispânia, estando estas localizadas essencialmente no vale do Guadalquivir e no sul de Portugal (Ribeiro, 2010: 21).

Embora muito pouco se saiba do que existiria no local onde foi fundada *Bracara Augusta*¹, é hoje aceite que esta cidade terá sido fundada pelo imperador Augusto, no âmbito da reorganização administrativa do NO peninsular e da Hispânia em geral, tendo em vista a consolidação da presença romana, bem como a integração das regiões recém- conquistadas (Martins, 2004: 150; Magalhães, 2010: 16). Alguns autores sugerem que a escolha do local de fundação da cidade parece estar diretamente relacionado com as especificidades topográficas da região, mas também com a importância que esta possuía no quadro do povoamento pré-romano (Martins, 2009: 183).

¹ Para explorar melhor esta temática consultar F. S. Lemos (2008) e M. Martins (2009:183).

A data de fundação da cidade, embora ainda não muito consensual, poderá ser situada entre os anos 16 a.C. e 15 a.C., coincidindo com a segunda estadia de Augusto na Hispânia, mais concretamente em *Tarraco* (Rodríguez Colmenero, 1996: 284) admitindo-se, no entanto, a possibilidade de que este tivesse delegado funções a um dos seus generais (Morais, 2004: 60). Contudo, contrariamente ao verificado com *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* (as duas outras fundações de Augusto no NO peninsular), acredita-se que *Bracara Augusta* não teve origem num acampamento militar, apontando os dados disponíveis para uma fundação civil da cidade (Martins e Fontes, 2010: 2).

As cidades fundadas por Augusto no Noroeste hispânico viriam a funcionar como capitais conventuais, integrando-se no contexto de reorganização do território, que passou essencialmente por três diretrizes fundamentais: a divisão administrativa da Hispânia em províncias, conventos e *civitates*, a criação de uma importante rede de centros urbanos, estabelecidos em pontos estratégicos e ainda o estabelecimento de uma densa rede viária, responsável pela crucial ligação entre as diferentes cidades (Ribeiro, 2010: 22).

Bracara Augusta parece ter assegurado, desde a sua fundação, um importante papel de controlo e fixação das populações indígenas, garantindo o poder romano na região, fator este que parece estar intimamente ligado com o carácter central que a cidade deverá ter desempenhado na época pré-romana (Martins, 2009: 187).

A criação de *Bracara Augusta* terá sido motivada pela vontade de dotar a região dos *Bracari* de um *concilium*, apresentando-se, a par das demais fundações augusteas da península, como sede de um *concilium gentis* que funcionaria como um foco central para os povos indígenas residentes na área de influência da cidade (Tranoy 1980, *apud* Moraes, 2004: 59). Um dos factos que parece justificar a instalação na cidade de uma grande percentagem de habitantes autóctones da região, denominados *Bracari*, é a existência de cerâmica de tipo indígena um pouco por toda a cidade, podendo esta ter sido utilizada como cerâmica tradicional, pelo menos durante algum tempo (Martins e Fontes, 2010: 2).

Estima-se que a cidade terá beneficiado de uma promoção municipal na época flávia, aquando da atribuição do *ius latii* à Hispânia (Magalhães, 2010: 17). No entanto, outros autores sugerem que a cidade terá sido dotada de direito latino desde a sua fundação (LeRoux, 1994: 234). Independentemente da natureza jurídica da cidade verifica-se o seu rápido crescimento nos dois primeiros séculos da nossa Era, juntamente com sua crescente importância política e económica, o que terá justificado a sua elevação a capital de província da *Gallaecia*, nos finais do século III, pelo

imperador Diocleciano, facto que terá justificado um amplo programa de renovação urbana (Martins, 2009:186).

As fontes arqueológicas sugerem que *Bracara Augusta* terá sido dotada, logo desde a sua fundação, de uma malha ortogonal, facto que permitiu delimitar uma vasta rede de quarteirões (Martins, 2009: 182). Partindo da observação de alguns dados existentes até ao momento é possível supor que a cidade possuísse eixos orientados sensivelmente NNO/SSE e SSO/NNE, apresentando os quarteirões uma dimensão quadrada, com áreas construídas de 120 pés. Já as ruas da cidade mediriam entre os 10 e os 12 pés (Martins, 2004: 154). Esta divisão em quarteirões foi identificada na zona das Carvalheiras (Martins, 1998), tendo sido posteriormente observada noutros locais da cidade, podendo, contudo, admitir-se adaptações à topografia do terreno onde a cidade foi implantada (Martins e Fontes, 2010: 2).

Tendo como base um substancial número de evidências, sobretudo a nível de vestígios identificados nas áreas de ocupação das necrópoles, bem como a existência de edifícios e construções com uma orientação distinta daquela que caracteriza a malha ortogonal da cidade, acredita-se que a cidade de *Bracara Augusta* se terá expandido para além da área que inicialmente foi planificada (Martins, 2009: 183).

As fontes epigráficas e arqueológicas disponíveis para o estudo da Braga romana não colhem paralelo nas referências literárias antigas, que são raras, surgindo referida nas obras de Plínio e Ausónio, que a classificam como *oppidum* peregrino e como *dives Bracara*, respetivamente (Martins, 2004).

A grande maioria dos edifícios conhecidos atualmente, resultante de mais de 35 anos de investigação realizada no âmbito do “*Projeto de Salvamento de Bracara Augusta*”, pode ser datada das épocas flávia ou antonina, com particular ênfase para o período dos imperadores Trajano/Adriano, durante o qual se terão construído dois dos mais importantes edifícios da cidade: o teatro e as termas do Alto da Cividade (Ribeiro, 2010: 24).

Apesar dos vastos dados conhecidos para épocas posteriores, os elementos construtivos disponíveis para caracterizar a cidade na sua época fundacional são bastante escassos, dificultando sobremaneira uma abordagem mais clara ao urbanismo da cidade nos seus momentos iniciais (Magalhães, 2010:18). Uma justificação para a escassez de dados relativos às construções em época pré-flávia poderá ser encontrada nos planos de remodelações em épocas posteriores, que poderão ter alterado, ou mesmo mascarado, as construções pré-existentes. Este facto foi verificado

no denominado edifício pré-termal, que terá sido arrasado para, no seu lugar se construir, nos inícios do século II, as termas públicas do Alto da Cividade (Martins e Fontes, 2010: 3).

Deve destacar-se ainda um dos mais significativos monumentos de *Bracara Augusta*, a Fonte do Ídolo, podendo a sua cronologia ser ainda fundacional. Esta fonte, localizada numa área periférica da cidade, terá sido edificada num local onde existiria um santuário de origem pré-romana, dedicado à divindade indígena *Nabia*. Acredita-se que este santuário terá sofrido sucessivas obras de remodelação, tendo a primeira sido realizada por um imigrante, de nome *Celicus Fronto*, que mandou esculpir, no local, figuras e inscrições, tendo estas sido envolvidas por uma parede de granito (Garrido Elena *et al.*, 2008).

Ainda no que concerne ao culto de divindades, é de supor, através de dados epigráficos, que a cidade terá possuído vários templos, sendo de destacar os cultos a Júpiter e aos *Lares Viales*, bem como aquele que foi prestado às divindades indígenas *Senaico*, *Ambiorebi*, *Nabia* e *Tongoenabiago*, estando este último referenciado na Fonte do Ídolo (Garrido Elena *et al.*, 2008).

Entre o final do século I e os inícios do século II assiste-se a um programa de obras de monumentalização da cidade (Magalhães, 2010: 20), tendo este período registado um acentuado crescimento demográfico. Admite-se ainda que esta época terá coincidido com o aumento do poder de compra da população, traduzido pelo elevado número de importações (Morais, 1998: 13). No período compreendido entre o final do século III e o início do século IV, parece ter ocorrido um novo surto construtivo, que renovou a cidade, tendo sido efetuadas remodelações em vários edifícios, quer públicos quer privados. Foi igualmente neste período que a cidade foi dotada de uma imponente muralha com torreões semicirculares (Lemos *et al.*, 20: 122). Contrariamente ao que parece ter acontecido em algumas partes do império, posteriormente ao século IV, Braga não parece ter sofrido nenhum processo de estagnação, tendo sido alvo de algumas remodelações ainda durante o século V, identificadas em várias escavações. Acredita-se que este fator se prende com a importância que a cidade adquiriu, enquanto sede episcopal, no final do século IV (Martins, 1993: 11).

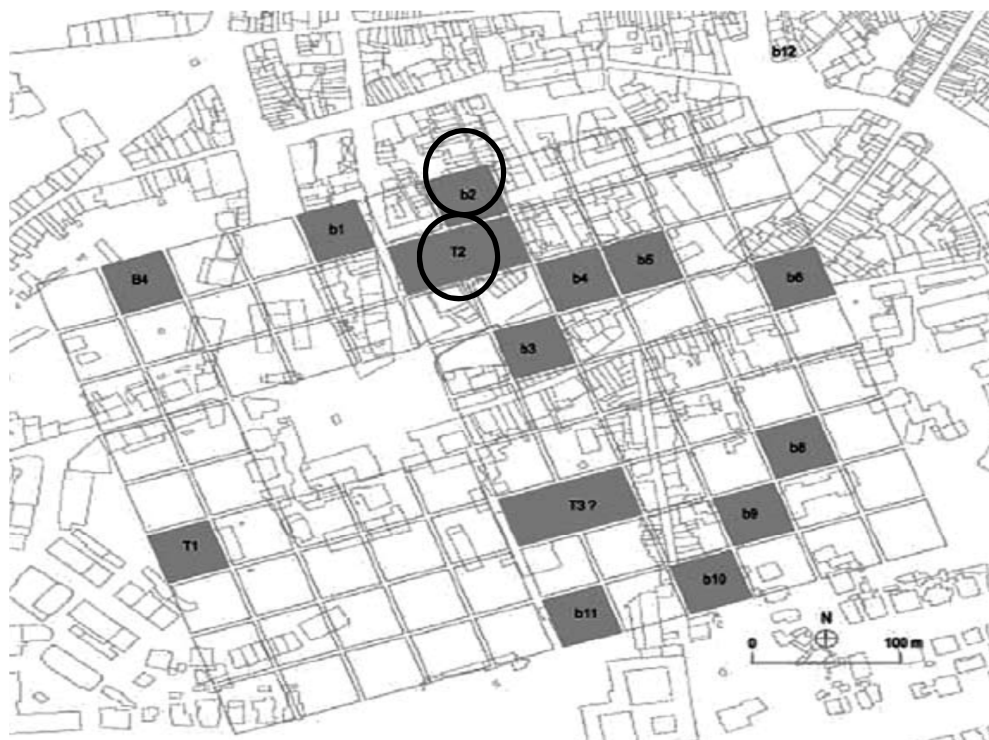


Figura 2 – Distribuição das termas públicas (T e B) e dos balneários privados (b), conhecidos em *Bracara Augusta*, e sua inserção na eventual malha urbana. Assinaladas com um círculo estão as termas agora analisadas (Martins e Ribeiro, 2012:39):

2.2 As termas romanas de *Bracara Augusta*

São vários os edifícios termais registados um pouco por toda a cidade, identificados com base nas escavações realizadas desde 1976 no âmbito do “*Projeto de Salvamento de Bracara Augusta*”. As cronologias sugeridas para este tipo de edifícios vão desde o século II até ao século IV, estando alguns dos exemplares conhecidos associados a sumptuosas unidades habitacionais, como acontece naquela que foi identificada na chamada *domus* da Escola Velha da Sé (Fig. 2 b1). Contudo, o exemplo que melhor se conhece na cidade de Braga deste tipo de construções é, sem dúvida, o edifício das termas públicas do Alto da Cividade (Fig. 2 T1), por se encontrar já estudado, interpretado e divulgado (Martins, 2005).

As termas públicas do Alto da Cividade foram construídas nos inícios do século II, tendo sido objeto de três reformas realizadas entre finais do século II/inícios do século III e meados do

² De entre aqueles edifícios assinalados na figura importa salientar para este estudo: T1 – Termas do Alto da Cividade; T2 – ZA R. D. Afonso Henriques; T3 – ZA MADDS; b1 – ZA Escola Velha da Sé; b2 – ZA R. Gualdim Pais; b3 – ZA Cardoso da Saudade; b4 – Insula das Carvalheiras; b5 – ZA Seminário de S. Tiago; b6 – ZA da R. do Anjo; b8 – ZA da Misericórdia; b12 – Frigideiras do Cantinho.

século IV. A cada fase construtiva aparece associado, naturalmente, um conjunto significativo de obras de remodelação e expansão do edifício.

Segundo Manuela Martins, a primeira fase construtiva data do século II, quando o balneário foi configurado com uma planta retangular, de orientação N/S, com 130 pés de comprimento por 40 pés de largura (Martins, 2005: 20). Para esta fase foi identificado um conjunto de 22 áreas, de onde importa salientar a existência de uma grande palestra exterior, duas piscinas, dois *tepidaria*, um *caldarium*, um *frigidarium*, um *apoditerium/basilica termarum*, dois *cubicula*, e três *praefurnia*, inseridos nas áreas de serviços. As restantes áreas identificadas nesta fase correspondem a áreas de serviço, *cubicula*, corredores e latrinas (Martins, 2005: 23-31).

A segunda fase do edifício associa-se a uma reforma realizada no final do século II / inícios do século III, na qual se assiste à transformação de duas áreas de serviços em espaços frios integrados no circuito de banhos. A área do *frigidarium* é encurtada, tornada mais pequena, facilitando a criação de um espaço de circulação em torno de uma piscina fria central ao corpo de banhos (Martins, 2005: 37). Apesar destas reformas, o edifício continuou a possuir uma planta alongada, assistindo-se, contudo, a uma ampliação da parte central do edifício para poente, avançando nesta direção cerca de 3 m. Esta ampliação terá obrigado a uma alteração da anterior fachada oeste. Por outro lado, a ampliação da área de banhos possibilitou uma redefinição do circuito interior, tornando-o mais flexível (Martins, 2005: 38). Com esta remodelação assiste-se à construção de uma área que foi identificada como uma cisterna de armazenamento de água limpa. A *basilica termarum/apodyterium* passa, nesta fase, a ser uma área fria, assistindo-se ao entulhamento do *praefurnium*, que assegurava o seu anterior aquecimento. Num sentido mais global, a reforma operada neste período apresenta indicadores de uma diminuição da qualidade construtiva (Martins, 2005: 39-44), muito embora se verifique uma maior sofisticação arquitetónica do espaço em torno da piscina fria central.

A terceira remodelação, ocorrida entre os finais do século III e os inícios do século IV, alterou por completo, quer a morfologia, quer a circulação interna na área de banhos (Martins, 2005: 46). Conservando parte dos muros do anterior edifício, foram construídos outros que apresentam um aparelho bastante irregular, revelando características construtivas bastante diferentes dos anteriores (Martins, 2005: 47). Nesta fase, a área aquecida desloca-se para poente, passando agora a estar organizada em quatro salas aquecidas por um único *praefurnium*, as quais definiam uma área quente com 81 m² (Martins, 2005: 48). As remodelações operadas no edifício alteraram profundamente a estrutura da área de banhos, bem como as características da área sul,

por onde se continuou a proceder à entrada no balneário. Nesta fase pode ainda admitir-se a construção de um pórtico de entrada na fachada sul do edifício (Martins 2005: 50). Um outro pórtico poderá ter sido construído aquando da ampliação da fachada central, sobre a *palestra* (Martins, 2005: 55). Todas as remodelações operadas nesta fase revelam características que anunciam alguma degradação na qualidade da construção, bem documentada nos novos muros construídos, bem como nos novos hipocaustos. Um outro aspeto bastante revelador da degradação da qualidade construtiva é o facto de não existir qualquer preocupação em revestir de material laterício a *area* dos hipocaustos, sendo possível verificar que as *pilae* se erguem diretamente sobre solos de *opus signinum* preexistentes, ou construídos de novo, chegando mesmo a assentar diretamente sobre a rocha (Martins, 2005: 57).

A última reforma operada nas termas do Alto da Cidade encontra-se datada da segunda metade do século IV, correspondendo à reorganização da área de banhos e à inutilização da zona de serviços norte. Nesta remodelação cabe destacar a desafetação da grande palestra que se situava a poente do edifício (Martins, 2005: 60), substituída por outra mais pequena construída na anterior área de serviços norte que é entulhada. Nesta fase assiste-se ainda a uma alteração do sistema de aquecimento das termas, garantido pela construção de um novo *praefurnium*, o que exigiu um reordenamento das salas quentes, passando as áreas tépidas a funcionar como *caldaria* (Martins, 2005:61). A esta fase está associada uma maior utilização de elementos de arquitetura na construção dos hipocaustos, bem como um crescente reaproveitamento de material pétreo e laterício, utilizado de forma desorganizada entre as *pilae* conservadas da fase III (Martins, 2005: 61). A morfologia do edifício foi alterada na parte norte, onde a área de serviços que aí existia anteriormente foi desafetada para a construção de uma nova palestra (Martins, 2005: 62).

Outro dos edifícios termais conhecidos na cidade de Braga é, sem dúvida, o exemplar identificado aquando das escavações da chamada *insula* das Carvalheiras (Fig. 2 b4), situada no quadrante noroeste da cidade romana, local onde foi construída uma *domus*, em época flávia. Em meados do século II foi construído um balneário, que ocupou o quadrante noroeste da anterior habitação, organizado em quatro salas e com duas pequenas áreas de serviço, localizadas a norte (Martins, 1998: 32-34).

O *frigidarium* corresponde a um espaço retangular, apresentando um solo em *opus signinum*. Possui uma área útil de 79,30 m² e duas piscinas. A poente deste espaço surgem as áreas aquecidas, o *tepidarium* (19,30 m²) e o *caldarium* (27,40 m²), com um *alveus* do qual se conservou apenas o solo, um pouco elevado em relação à *area* do hipocausto. Um espaço frio,

orientado E/O, com um solo em *opus signinum* e uma área útil de 37,90 m² parece corresponder a um *apodyterium* (Magalhães, 2010: 43).

As dimensões deste edifício, bem como o facto de este possuir um acesso a partir da rua oeste e ainda a dimensão do *apodyterium*, sugerem que não se esteja perante um balneário privado mas sim público, que poderá ter sido explorado pelo proprietário da unidade habitacional (Martins *et al.*, 2011: 98).

A denominada *domus* da Escola Velha da Sé (Fig. 2 b1) é uma outra unidade habitacional que se encontra munida de um balneário próprio, instalado na ala oeste da habitação, tendo sido aí implantado aquando de uma profunda reforma ocorrida na habitação, entre finais do século III e inícios do século IV. A unidade termal era constituída por um pequeno *vestibulum*, um *frigidarium*, dois *tepidaria* e ainda um *caldarium*, ocupando uma área útil de 94,10 m². Ao contrário do exemplar da *insula* das Carvalheiras, este balneário seria de uso exclusivamente privado, visto que a entrada era efetuada a partir de um corredor interno da casa, que dava acesso a um *vestibulum*, a partir do qual se iniciava o circuito de banhos (Magalhães, 2010: 111). Este balneário terá sido construído aquando das profundas obras que alteraram substancialmente a unidade habitacional, ocorridas durante a segunda fase de ocupação do local. A construção das instalações destinadas aos banhos parece ter implicado uma profunda reforma da parte da habitação onde anteriormente poderia estar situado um peristilo (Magalhães, 2010: 51).

Numa outra *domus* da cidade, identificada como *domus* de Santiago (Fig. 2 b5), foi encontrado um conjunto de vestígios que permitem supor que a casa possuía um balneário. Aqui foram individualizados vestígios de um hipocausto, com as respetivas *pilae*, que assinalam uma reforma da *domus*, datável nos finais do século III/ inícios do século IV (Magalhães, 2010: 112). A área de banhos, apesar dos vestígios circunscritos, poderá ser localizada na zona a noroeste do peristilo da habitação (Martins, 2005: 72), no qual foi identificado um tanque revestido de mosaicos, datados do século IV (Martins, 2005: 72).

Aquando da realização de escavações no subsolo do Café Frigideiras do Cantinho (Fig. 2 b12) foi identificado um conjunto de evidências correspondentes ao pórtico oeste de um peristilo de uma *domus*. Na zona norte deste pórtico detetou-se um compartimento aquecido por hipocausto, do qual se conservaram algumas das *pilae*, assentes num solo de *opus signinum*. Crê-se que este hipocausto poderá ser datado do século IV (Martins, 2005: 72).

A *domus* identificada na ZA do Cardoso da Saudade (Fig. 2 b3) também terá possuído um espaço destinado a banhos. Este facto está bem patente na descoberta de uma pequena piscina

revestida a mosaico, de forma retangular, composta por três degraus, com aproximadamente 1 m de profundidade. A abundante quantidade de material laterício encontrado no local, sobretudo elementos do tipo *lateres bessalis*, poderá ser indicadora da destruição de hipocaustos de eventuais salas aquecidas, uma vez que este tipo de material é frequente na construção de *pilae* (Magalhães, 2005: 112).

Para além destes exemplares melhor conhecidos, a cidade de Braga conta ainda com outros conjuntos termais ainda por estudar, como acontece com o edifício localizado nos terrenos a nascente do Museu D. Diogo de Sousa (MADDS) (Fig.2 T3). Apesar do caráter disperso das sondagens realizadas aquando da intervenção arqueológica, durante as obras de rearranjo dos jardins do Museu, foi identificado um conjunto de muros que definem grandes salas associadas a vestígios de solos em *opus signinum* e restos de tesselas, bem como áreas de hipocaustos. A dimensão destas eventuais salas parece sugerir que estamos perante outras termas públicas da cidade de *Bracara Augusta*, que ocuparão a totalidade de dois quarteirões (Martins e Ribeiro, 2012: 30).

Encontram-se ainda por estudar outros dois exemplares de balneários privados na cidade. Um foi identificado numa intervenção realizada nos prédios 57-65 da R. Do Anjo (Fig.2 b6), onde foram descobertos vestígios de um hipocausto, pertencentes a um outro *balneum* (Martins, 2005: 72). O outro exemplar que ainda necessita de um estudo mais aprofundado é aquele que se encontra nos terrenos da Misericórdia (Fig. 2 b8), onde se encontraram hipocaustos e pavimentos em *opus signinum*, associados a outro balneário privado (Martins e Ribeiro, 2012: 33).

A juntar a estes exemplares agora descritos surgem, naturalmente, aqueles que integram este relatório, os quais serão explorados de forma mais detalhada ao longo do presente trabalho.

Face aos dados disponíveis podemos afirmar que em *Bracara Augusta*, à semelhança do que ocorre noutras cidades da Hispânia, se assiste, a partir do século II, a uma generalização dos banhos públicos, que se constituem como uma atividade fundamental no quotidiano das elites urbanas (Martins e Ribeiro, 2012: 26). No entanto, a significativa quantidade de unidades habitacionais dotadas de banhos privados revela-se extraordinária, quando comparada com outras cidades romanas, quer na província da Tarraconense, quer mesmo na província da Galécia (Martins e Ribeiro, 2012: 33).

Segundo alguns autores, será descabido pensar que o processo de multiplicação de *balnea*, nas habitações, esteja diretamente relacionado com o fenómeno de retração das termas públicas, característico do Baixo-Império, parecendo antes que a generalização dos *balnea* possa constituir

um fenómeno tendencial, que deverá ter-se iniciado ainda no Alto-Império, a par da construção e utilização das termas públicas, como se constata na cidade de *Bracara Augusta* (Martins e Ribeiro, 2012: 33). Uma outra explicação para a quantidade de termas de cariz privado nesta cidade, poderá ser encontrada no facto dela poder possuir um substancial número de personalidades, com avultado poder económico, que procuraram dotar as suas habitações de equipamentos termais, que constituiriam, assim, um fator indicativo da riqueza das suas elites (Martins, 2005: 84; Martins e Ribeiro, 2012: 28).

3 Objetivos

O presente relatório pretende dar a conhecer o trabalho desenvolvido durante o estágio realizado na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), no âmbito do Mestrado em Arqueologia, efetuado na mesma Universidade.

O referido estágio teve por objetivo principal o estudo e caracterização da arquitetura termal de *Bracara Augusta*, tendo sido selecionados, para o efeito, dois casos de estudo: o balneário identificado nas escavações da zona arqueológica da R. Gualdim Pais, enquanto exemplo de arquitetura privada e as termas identificadas na zona arqueológica da R. D. Afonso Henriques, que poderão corresponder a um edifício público.

No caso das termas da R. Gualdim Pais devemos destacar que as mesmas foram sumariamente identificadas num artigo da autoria de Manuela Delgado (Delgado, 1987), pretendendo-se no presente relatório apresentar novos dados sobre os vestígios escavados naquela ZA. Já no caso das termas da R. D. Afonso Henriques nº 42-56 foram analisados os vestígios inéditos de uma escavação realizada pelo GACMB³.

Tendo em conta o acrescido número de publicações sobre as termas romanas, não só no contexto de *Bracara Augusta*, como no contexto geral da Hispânia romana, pretendeu interpretar-se cada um dos edifícios em questão, tendo em vista obter novos dados que contribuíssem para um melhor conhecimento da arquitetura termal de Braga. Atualmente é amplamente aceite que os edifícios termais são um exemplo ímpar de arquitetura, quer pelo seu carácter único, quer devido à circunstância de a sua generalização poder constituir um indicador de romanização. De facto, as

³ Queremos deixar aqui o nosso reconhecimento ao Dr. Armandino Cunha, responsável pela escavação que nos forneceu todo o material indispensável ao tratamento da informação desta importante intervenção arqueológica.

termas podem servir de indicador do grau de aceitação de novos modos de vida, sobretudo no contexto de *Bracara Augusta* e do Noroeste peninsular, onde já existia uma tradição de banhos rituais realizados em edifícios singulares, também representados em Braga no exemplar conhecido por balneário da Estação da REFER (Lemos *et al.*, 2003: 42-46).

Um dos objetivos que orientou o nosso trabalho teve em vista uma melhor compreensão da cronologia deste tipo de edifícios no contexto da cidade romana, facto que exigia um apuramento da data de construção de cada um dos casos de estudo analisados. Se, no caso do balneário privado identificado na zona arqueológica da R. Gualdim Pais, pudemos contribuir para uma maior precisão da sua cronologia, já o mesmo não se verificou com as termas públicas da R. D. Afonso Henriques, devido à vastidão de dados que tivemos que manipular e à complexidade do edifício que oferece várias fases construtivas.

Foi ainda objetivo do estágio realizado aprofundar os nossos conhecimentos relativamente à arquitetura termal romana. Para o efeito procedeu-se a uma recolha bibliográfica ampla, que procuramos utilizar na breve revisão dos conhecimentos acerca desta temática, integrada neste relatório, bem como na análise e caracterização dos edifícios.

Por último, espera-se que este relatório possa servir para futuros estudos sobre esta temática, permitindo a outros investigadores analisar e criticar o nosso trabalho, de forma a otimizar e melhor compreender os conjuntos termais de *Bracara Augusta*.

4 Fontes para o estudo das termas romanas

Não cabe no âmbito deste relatório proceder à valorização crítica de qualquer uma das fontes disponíveis para o estudo das termas romanas. No entanto, cabe referi-las, em jeito de introdução ao nosso trabalho.

Relativamente às fontes arqueológicas, foi dada alguma atenção a alguns conjuntos termais que, pelo seu excecional estado de conservação merecem ser referidas, como é o caso das termas de Caracala, das termas de Óstia, ou as termas Estabianas de Pompeia. Já no que concerne às fontes literárias, foi feita uma valorização especial da obra de Vitróvio, pois esta corresponde a uma obra de referência incontornável. Foram ainda valorizadas outras obras literárias consideradas relevantes para este trabalho.

4.1 Fontes arqueológicas

As termas romanas eram edifícios difíceis de conceber pois exigiam do arquiteto maior engenho do que aquele empregue na construção de um templo. Cada edifício termal pode ser visto como um projeto novo, pois, muito embora os seus espaços constituintes se repetissem, era sempre original a maneira como se articulavam (Alarcão 1999: 47). Neste sentido, as termas são sempre edifícios singulares, difíceis de agrupar em termos tipológicos. A vastidão de edifícios termais identificados por todo o mundo romano, bem como a sua natural singularidade, obriga-nos a concentrar a nossa atenção nos que se inserem na região ocidental do Império, com destaque para a valorização dos esquemas de circulação.

Os tipos de banhos mais antigos identificados até ao momento na região ocidental do Império Romano apresentam um esquema de circulação do tipo axial, como nos exemplares identificados na região da Campânia. Contudo, é também possível encontrar edifícios com o esquema de circulação angular, onde as salas quentes e aquecidas são dispostas em ângulo. Nestes primeiros exemplares o sistema de aquecimento é ainda bastante simples, existindo normalmente um *praefurnium*, que aquece o *caldarium*, sendo o *tepidarium* aquecido de forma indireta a partir do *caldarium* (Nielsen, 1990: 67). Os edifícios termais que apresentam um esquema de circulação do tipo linear surgem, numa fase inicial, como sendo bastante similares aos edifícios itálicos identificados como pertencentes ao mesmo período. Este fator poderá ser explicado pelo facto de estes serem os únicos modelos disponíveis na altura (Nielsen, 1990: 68). As termas com o esquema circulatório do tipo axial possuem uma média de aproximadamente 770 m². Já as que apresentam o esquema de circulação do tipo angular possuem em média uma área de 560 m². Este último tipo de edifícios parece surgir como sendo o menos compacto e o menos monumental. No entanto, os edifícios com maior área de banhos parecem ser aqueles possuem um esquema circulatório do tipo simétrico axial, apresentando áreas de cerca de 1880 m² (Nielsen, 1990: 69).

Os edifícios termais com circulação de tipo axial continuaram, durante algum tempo, a ser os mais comuns em todo o Império devido, sobretudo, ao seu carácter funcional, bem como à sua fácil construção. São normalmente edifícios de dimensões médias, apesar de alguns de grandes dimensões, de cariz mais urbano, poderem igualmente ser construídos seguindo o mesmo esquema. Edifícios deste tipo podem, por exemplo, ser encontrados nas províncias da *Mauretania Tingitana* (Nielsen, 1990: 69).

O esquema de circulação ortogonal pode ser considerado como uma variante do esquema axial (Lenoir, 1991: 153), estando igualmente bem representado na *Mauretania Tingitana* e correspondendo na *Hispania* ao modelo de banhos romanos mais antigo que se conhece (Nielsen, 1990: 69).

Os edifícios com o esquema de circulação do tipo simétrico-axial apresentam normalmente uma secção fria monumental e simétrica, lembrando as denominadas termas imperiais. Exemplares deste tipo podem ser identificados em *Segodunum* e *Gisacum* (Nielsen, 1990: 69).

Os banhos com um esquema de circulação do tipo circular apresentam normalmente grandes dimensões, estando muitos deste situados em grandes cidades, sendo normalmente as termas de maior importância em contexto urbanos. Este tipo de esquema de circulação pode ser dividido em dois subgrupos, sendo que os exemplares do tipo *half-axial ring* terão sido construídos nas cidades que não possuíam recursos financeiros suficientes para construir termas do tipo imperial. Edifícios com este esquema podem ser encontrados na região de *Lutetia Parisiorum*, na região da Gália e na região da *Hispania*. As dimensões médias para este tipo de monumentos são de 2000 m² (Nielsen, 1990: 70). Surgem ainda alguns exemplares de termas, se bem que em menor número, com um esquema de circulação do tipo *simple ring type*. Estes aparentam ser normalmente mais modestos, como parece ser o caso dos banhos duplos de *Mirobriga* (Nielsen, 1990: 71).

Já as termas do tipo imperial aparentam ser bastante distintas, quer na forma quer em tamanho, quando comparadas com os restantes tipos. De facto, a monotonia das formas e a aparente falta de imaginação dos arquitetos, que parecem adotar invariavelmente os mesmos esquemas de circulação, contrastam com os esquemas das termas de tipo imperial, onde surgem os esquemas do tipo circular (Lenoir, 1991: 153). Este tipo de termas está bem representado na região da *Gallia Belgica* e na região *Cisalpina*, onde as termas imperiais começaram a ser construídas ainda no século I (Nielsen, 1990: 71).

Os balneários públicos identificados na região da *Mauretania Tingitana* possuem, segundo as palavras de Éliane Lenoir certas características que as distinguem dos demais edifícios termais de época imperial. Consta-se que as suas dimensões são bem mais modestas, relativamente a outros edifícios identificados noutras províncias (Lenoir, 1991:152) e que predomina nesta região o esquema de circulação do tipo axial, onde as salas destinadas ao circuito de banhos estão alinhadas segundo um eixo que impõem aos banhistas um itinerário retrogrado, sendo as termas de Galieno, em *Volubilis*, ou as termas de Thamusia, bastante representativas deste esquema (Lenoir,

1991:153). Outra característica distintiva, encontrada por exemplo nas termas norte de Banasa, nesta mesma região, está representada pela presença de um *labrum*, inserido num nicho retangular, presente nas salas aquecidas (Lenoir, 1991: 157). Ainda na região da *Mauretania Tingitana*, merece ser referido o caso das termas de Dchar Jdid, que constituem um caso paradigmático em termos de absorção de inovações construtivas, onde a disposição do *frigidarium* e do *tepidarium* evoca esquemas que se desenvolvem normalmente em termas de plano simétrico. No entanto, estas termas apresentam um conjunto de características bastante conservadoras, sobretudo na disposição das salas quentes, concebidas segundo um plano ortogonal que impõem aos banhistas um itinerário retrogrado (Lenoir, 1991: 160).

Não cabendo aqui valorizar a importância que a descoberta das cidades fossilizadas de Pompeia e Herculano tiveram para o conhecimento do mundo romano, merece contudo ser sublinhada a sua importância para o estudo dos conjuntos termais, visto ter sido na cidade de Pompeia que se construiu o primeiro edifício termal, com sistema de hipocausto (Adam, 2005: 547), conhecido por Termas Estabianas (Eschebah, 1979 *apud* Martins, 2005: 73). Este edifício terá sido construído no século II a.C., tendo sido profundamente alterado em épocas posteriores. Com uma forma irregular e ocupando a quase totalidade de uma *insula* (Mau & Kelsey, 1899: 186), estas termas possuem o *frigidarium* e o *apodyterium* iluminados por uma pequena abertura no teto abobadado, à semelhança do que se verifica no Panteão de Roma (Mau e Kelsey, 1899: 191-193). Comparativamente com outros edifícios termais conhecidos, como os da cidade de Roma, os banhos de Pompeia possuem dimensões bem mais modestas. Contudo, o seu estudo reveste-se de notável interesse, pois em conjunto com as restantes ruínas identificadas nesta cidade, este tipo de monumentos encontra-se num excecional estado de conservação, permitindo o estudo da sua evolução ao longo de quase dois séculos (Mau e Kelsey, 1899: 186).

Um outro exemplo paradigmático que permite compreender a evolução dos conjuntos balneares das cidades romanas é o caso de Óstia. Ricardo Mar, com o seu artigo “*Las termas de tipo medio de Óstia*”, procurou, através da análise de cinco edifícios termais, compreender a articulação destes edifícios com a evolução da cidade, que se viria a converter no principal ponto de controlo do abastecimento da cidade de Roma, tendo a quase totalidade dos seus edifícios sido renovada ao longo do século II. O período que medeia entre o reinado de Trajano e os Severos marca um ciclo chave para a compreensão da arquitetura de Óstia, onde se vai consolidar uma nova forma de construção de edifícios residenciais (Mar, 1990: 31), que desenham um tecido contínuo de casas articuladas com um sistema de equipamentos urbanos formados por *tabernae*,

macella, *horrea* e conjuntos termais de média dimensão. Estes apresentam características distintas das grandes termas da cidade e não se articulam com sedes corporativas profissionais ou religiosas. Trata-se, na opinião do autor, de estabelecimentos balneares de bairro, diretamente relacionados com as residências dos usuários e que, pela sua reduzida escala, escapam ao interesse das personagens públicas da cidade. A técnica construtiva utilizada é a mesma que foi empregue na construção das unidades habitacionais plurifamiliares, ou nos templos e mercados, traduzindo a extensa renovação urbana da cidade ao longo do século II.

Um aspeto curioso, salientado por Ricardo Mar, refere-se ao facto de nenhum ponto da cidade se encontrar a mais de cinco minutos de distância de um edifício termal, facto que permite compreender a importância que este tipo de estabelecimentos possuiu na reestruturação dos bairros da cidade (Mar, 1990: 33). As Termas de Mitra constituem um dos exemplos melhor conservados de balneários de tamanho médio, cuja planta reflete fielmente a parcela inicial, possuindo *tabernae*, no piso térreo e unidades habitacionais no piso superior, acessíveis através de escadas exteriores (Mar, 1990: 34).

Sob o piso principal desenha-se uma zona de serviços, que inclui *fullonicae* que estariam ao serviço do edifício termal, corredores de acesso aos *praefurnia*, e o sistema de abastecimento das caldeiras. É igualmente excecional neste edifício o estado de conservação de dois sistemas de lavandaria, nesta área de serviço. Trata-se de dois pequenos compartimentos que intercomunicam, caracterizados pela presença de uma grande quantidade de depósitos de água, de diferentes tamanhos, relacionados com o sistema de recolha de águas residuais do edifício. O conjunto das *fullonicae* poderá ser entendido como parte do serviço de manutenção do edifício, pelo que se crê que estas termas seriam autossustentáveis (Mar, 1990: 39). Numa fase posterior, o edifício foi transformado numa basílica cristã, tendo a *natatio* do *frigidarium* sido transformada em batistério. Por sua vez, as Termas de Mitra foram construídas no século II, aproveitando partes de um edifício que já existiria no local, correspondendo a construção de unidades habitacionais no piso superior a um processo de investimento imobiliário, compreensível num contexto de iniciativa privada e como parte de uma política urbanística mais geral, onde o proprietário alugaria as unidades habitacionais, dando à exploração, a um *conductor*, a parte destinada ao edifício termal.

As Termas dos Sete Sábios, que são praticamente contemporâneas das Termas de Mitra, representam no conjunto dos edifícios de Óstia do século II, um dos exemplos mais completos de integração de um balneário numa unidade habitacional (Mar, 1990: 41). Quanto às chamadas Termas dos Seis Colonos, Ricardo Mar refere que a morfologia da parcela onde se implantou o

balneário parece corresponder ao parcelamento rural que rodeava o primitivo *castrum* republicano, que terá estado na origem da cidade de Óstia, o qual viria a ser urbanizado, em época tardo-republicana, por grandes *domus* de átrio e peristilo. O pequeno *balneum* encontra-se limitado a uma parcela reduzida e irregular, definida por uma planta trapezoidal, tendo sido construído sobre as ruínas de duas casas contíguas (Mar, 1990: 47). Em comparação com outros *balnea* de Óstia, estas termas apresentam uma organização elaborada do circuito de banhos, mau grado a escassez de espaço disponível, tendo o *architetus* realizado um bom aproveitamento do esquema linear de salas. As salas quentes adotam um esquema de organização em “L”, que por um lado permite uma fácil circulação, possibilitando, por outro, a abertura de grandes janelas para a iluminação interior (Mar, 1990: 49).

As Termas do *Invidiosus* constituem o conjunto balnear mais pequeno, representando um exemplo típico de distribuição dita pompeiana. Sendo este esquema bastante arcaico para a altura em que o balneário foi construído, ele seria o mais adequado ao carácter limitado do espaço disponível, sendo particularmente curiosa a articulação do balneário com as unidades habitacionais do piso superior (Mar, 1990: 52). As denominadas Termas “IV, IV, 8”, por vezes referenciadas como Termas Bizantinas, possuem uma cronologia em torno dos finais do século III (Mar, 1990: 53), representando um exemplo bastante paradigmático da evolução da cidade de Óstia. Numa primeira fase, em época tardo republicana, o edifício terá servido como residência, que conheceu uma reestruturação do peristilo numa segunda fase. Numa terceira e última fase, assiste-se à transformação do peristilo da casa num balneário público (Mar, 1990: 57). Os cinco exemplares de termas de média dimensão, analisados por Ricardo Mar na cidade de Óstia, correspondem a construções datáveis entre os séculos II e III d.C., refletindo em muitos aspetos um parcelário que parece remontar ao século II a.C.. O estudo destes monumentos, em articulação com o estudo da cidade de Óstia, refletem a permanência de algumas características da paisagem urbana, designadamente do parcelário, assinalando as mudanças construtivas do espaço urbano, com a quase totalidade das velhas casas republicanas ou augustas, de baixa densidade, a serem substituídas por residências em altura, munidas de unidades habitacionais de aluguer, onde se acomodava uma considerável população, certamente utente dos balneários que se instalavam no primeiro piso, os quais se configuram como equipamentos oferecidos em regime de exploração de mercado (Mar, 1990: 60).

Na cidade de Roma surgem exemplares bastante caraterísticos de edificios termais de grandes dimensões, como é o caso das Termas de Caracala (fig. 3) e das Termas de Diocleciano.

Apesar das dimensões destes edifícios, os seus planos exibem maior fluidez e simplificação do que os representados nos edifícios termais construídos em épocas anteriores. Estes dois edifícios têm em comum o facto de terem sido rodeados por amplos espaços abertos. As termas de Caracala são consideradas o edifício balnear melhor conservado, do mundo romano, sendo simultaneamente um dos edifícios de maiores dimensões, dentro do tipo de termas imperiais, ocupando uma área de aproximadamente 120000 m², estando apenas cerca de metade destes construídos (Lombardi e Corazza, 1995: 124).

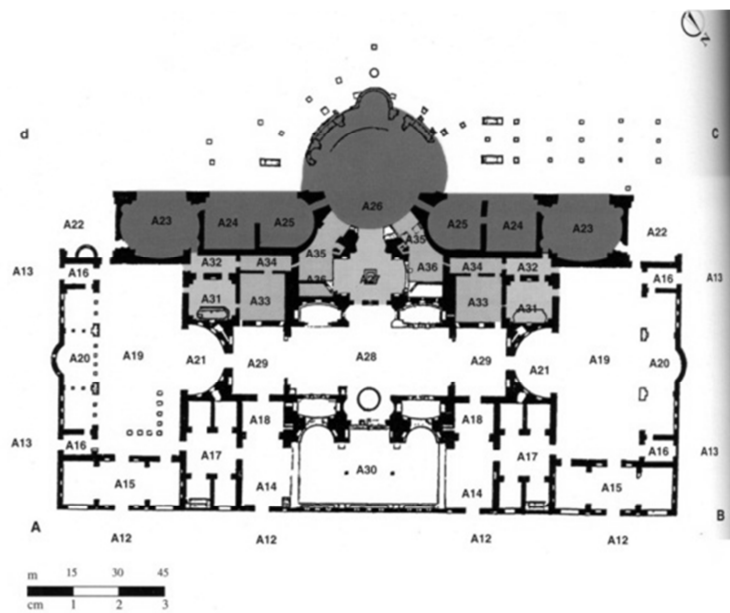


Figura 3 - Planta geral das Termas de Caracala⁴ (Lombardi e Corazza, 1995: 48).

Tendo este edifício sido remodelado pela última vez por Teodorico, nos inícios do século VI, terá caído em desuso pouco depois do ano 537, aquando dos ataques dos Godos à cidade de Roma. De facto, segundo Olympiodorus, um cronista do século XV, poderiam ser acomodados dentro do edifício cerca 1600 banhistas simultaneamente. Este mesmo cronista refere, também, que as Termas de Diocleciano teriam capacidade para 3000 pessoas (Yëgull, 1992: 146-148).

Tendo começado ser construídas no reinado de Septimo Severo, em 206, tendo sido concluídas pelo imperador Caracala, em 216-217, muito embora se tenham registado ainda trabalhos durante o reinado de Elagabalo, completados por Alexandre Severo. As várias partes do edifício das Termas de Caracala, sobretudo as áreas de serviço e as galerias subterrâneas, foram reparadas durante os períodos de Aureliano e Constante. Graças à sua localização na periferia da

⁴ A23, A24, A25 e A26: áreas quentes; A27, A31 e A32: áreas tépidas; A33, A34, A35 e A36: áreas de serviço; a branco: áreas frias.

cidade de Roma, estas termas escaparam às grandes destruições que caracterizaram a Idade Média, tendo, contudo, sido saqueadas pelos antiquaristas do século XVI (Yëgull, 1992: 152). O edifício terá funcionado na sua totalidade entre os séculos III e IV d.C., e apenas parcialmente entre os séculos V e VI d.C. (Lombardi e Corazza, 1995: 40).

Se atendermos ao facto de se ter construído, propositadamente, uma via para servir de acesso a este balneário, a chamada Via Nova, podemos ter uma ideia da importância dada a este estabelecimento termal (Lombardi e Corazza, 1995: 44). A planimetria utilizada nas Termas de Caracala permitia aos utilizadores usufruir de todas as possibilidades oferecidas pelo modelo simétrico das termas imperiais, de acordo com um itinerário cómodo e funcional, sendo possível seguir um percurso de banhos duplamente circular (Lombardi e Corazza, 1995: 49).

Para o conhecimento das termas romanas no atual território nacional reveste-se de grande significado o estudo dos balneários de Conimbriga. Num artigo recente da autoria de Virgílio Correia e Maria Pilar Reis, intitulado “*As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana*”, os autores elaboram uma síntese dos edifícios termais identificados nesta cidade. O exemplar mais antigo está representado pelas chamadas Termas de Augusto, um edifício de dimensões bastantes modestas, que possuía um espaço dedicado ao exercício físico, uma piscina de água fria, uma sala tépida e uma sala de água quente (Alarcão, 1999: 40). Após o intenso programa de reconstruções flávias, estas termas foram demolidas para a construção de umas bastante mais amplas, que duplicaram a área do edifício anterior, facto que permitiu aumentar o número de salas e introduzir novos espaços porticados e jardins (Alarcão, 1999: 40). Para além destas termas são também conhecidas as chamadas Termas do Aqueduto e as Termas da Muralha, muito embora seja desconhecida a data de construção de ambos os edifícios.

As Termas da Muralha foram demolidas nos finais do século III/inícios do século IV, aquando da construção da muralha tardo-imperial. Este edifício possuía, além das típicas salas aquecidas, uma *natatio* e um *laconicum* (Alarcão, 1999: 45). Por sua vez, as Termas do Aqueduto, situadas junto a uma das entradas da cidade, não possuíam *natatio*, dispondo de uma ampla sala retangular, encostada ao aqueduto, em cujas extremidades existiam dois *alvei* de água fria. O *caldarium* forma um trevo de quatro folhas, contendo neste espaço locais destinados a banheiras (Alarcão, 1999: 47).

Algumas casas de Conimbriga possuíam banhos privados, como era o caso da chamada *Casa de Cantaber*. O *balneum* da casa foi construído sacrificando parte de um tanque existente no *triclinium* da casa, dispondo de uma sala de banhos frios, de um trevo de hexágonos para as salas

aquecidas e de um favo de meias luas para as tinas do banho quente (Alarcão, 1999: 75).

Relativamente à cidade de *Bracara Augusta*, os exemplares melhor conhecidos são as termas públicas do Alto da Cidade e o do balneário das Carvalheiras. Indiretamente contribuiu para este estudo o conhecimento de todos os edifícios termais até ao momento identificados em *Bracara Augusta*, dos quais evidentemente se pode ainda destacar o balneário da Escola Velha da Sé, alvo de breve síntese neste relatório. Todas as ruínas identificadas até ao momento na cidade de Braga atestam uma vez mais a ideia de que não existem dois edifícios termais idênticos.

4.2 Fontes literárias e impressas

Sem dúvida que a mais notável obra literária que nos indicia ainda hoje o modo de construir romano é o tratado “*De Architectura*” de Vitrúvio. No entanto é de referir a opinião de diferentes autores que sugerem que a obra deste autor deve ser entendida como uma doutrina global, mais do que propriamente um manual de construção (Mar, 1994; Ribeiro, 2010).

Segundo Ricardo Mar, os 10 Livros de Arquitetura de Vitruvius serão, na verdade, um conjunto de apontamentos, escritos em diferentes momentos, tendo esta compilação de textos sido concluída entre os anos 30 e 25 a.C. (Mar, 1994: 37). Na verdade, Vitruvius poderá ter sido o último expoente de uma forma de construir de tradição mais helenística, podendo a sua obra representar uma tentativa de unificar um conjunto significativo de textos. Este autor possuiria uma enorme capacidade literária, sendo a sua capacidade como *architectus* bastante limitada, sobretudo se tentarmos seguir as suas diretrizes para a realização dos seus desenhos (Mar, 1994: 38-39). Apesar das condicionantes da obra de Vitruvius, o seu conteúdo não deixa de ser referencial para compreendermos melhor as soluções que romanos encontraram para a construção dos edifícios termais. Vitruvius sugere que, na construção dos banhos, se deverá escolher o lugar mais quente possível. Os próprios caldários e tepidários deverão ter de Inverno luz do poente, ou, no caso de tal não ser possível, estar virados a sul porque o tempo de banhos se situa preferencialmente desde o meio-dia até ao fim da tarde. Recomenda ainda que caso as termas possuíssem instalações distintas para homens e mulheres, estas deveriam ser construídas em paralelo e com a mesma disposição, de modo a permitir que o mesmo hipocausto servisse ambas instalações. Outras recomendações referem-se aos hipocaustos e à forma de aquecer a água destinada aos diferentes espaços, ou ainda às abóbadas dos alvéolos que deveriam ser aquecidas utilizando um hipocausto

comum (Maciel, 2006, 196). Quanto às dimensões dos balneários, Vitruvius sugere igualmente que estes sejam proporcionais à quantidade de pessoas, sendo o seu ajustamento feito de modo que a sua largura deverá corresponder a terços do comprimento, excluindo o recesso do tanque e da banheira. Vitruvius recomenda ainda que o tanque seja sempre disposto de forma a captar a luz direta, de modo a que os que estão em volta deste não perturbem a iluminação. A largura da banheira entre a parede e o parapeito não deverá ser inferior a seis pés, para que em relação a ela, o degrau inferior e as costas da banheira possam afastar-se dois pés (Maciel, 2006, 197).

A obra de Jean-Pierre Adam “*Roman Building Materials and Techniques*” constitui uma obra referencial para o estudo da construção romana, onde o autor realiza uma síntese detalhada das diferentes técnicas construtivas empregues durante a época romana, na edificação dos edifícios públicos, entre os quais se incluem as termas. Segundo este autor existiriam em Roma 170 banhos registados em 33 a.C., por *Agrippa*, número que pode ser entendido como um reflexo da popularidade que este tipo de estabelecimentos possuía já durante o primeiro século a.C.. O próprio Agrippa, ciente deste facto, encarregou-se de financiar a entrada nas instalações termais da cidade, até que, entre 25 e 19 a.C., financiou a construção de umas grandes termas que ficaram conhecidas pelo seu nome. Durante o século IV este número subiria para mais de um milhar.

É facilmente constatável, ainda segundo J. P. Adam, que a disposição das diferentes salas, que constituem cada edifício termal, é feita segundo um esquema lógico, que foi variando ao longo do tempo. Contudo, as termas construídas até ao século I ainda apresentam uma disposição bastante simples, sem a menor preocupação com a disposição das salas, quer em termos de simetria, quer em termos de linearidade. Ambos os banhos de Pompeia e os de Herculano são um bom exemplo disso, onde diferentes salas foram simplesmente justapostas, sem qualquer preocupação de se obter algum tipo de unidade no interior do edifício. Somente durante o reinado de Nero, com a construção das termas que apresentam o seu nome, é que os arquitetos planearam os primeiros grandes banhos baseados num esquema de circulação simétrico-axial. Este esquema continuou a ser usado em Roma, estando presente na construção dos Banhos de Tito, construídos no ano de 80, edificados sobre as ruínas da *Domus Aurea*, entretanto arrasada (Adam, 2005: 562).

Os Banhos de Trajano, que se sobrepuseram aos Banhos de Tito, são prova evidente de que na altura da sua construção se começava a assistir à difusão de um outro modelo de termas, constituídas por grandes complexos com um desenho estritamente geométrico. A época de Vespasiano marca uma fase de transição, no que concerne à construção de instalações termais, sendo a partir deste período, mas sobretudo a partir de Trajano, que se começa a assistir a uma

maior uniformidade na construção destes edifícios, passando a prevalecer o modelo de construção imperial exportado a partir de Roma. Embora o desenho possa diferir em cada edifício, existe uma notável semelhança entre cada um deles, o que faz com que existam poucas diferenças entre os Banhos de Trajano, em Roma, e os Banhos imperiais de Trier, do século IV.

Pierre Gros, na sua obra "*L' Architecture Romaine – Les monuments publics*", procura traçar uma evolução dos monumentos termais, desde os primórdios dos balneários de construção helenística da Sicília, até à construção dos grandes edifícios romanos construídos na Itália, em África e na Ásia Menor, fazendo notar a progressiva monumentalidade e complexidade que acompanham a construção deste tipo de edifícios. Para este autor, os trabalhos consagrados aos banhos gregos de época clássica e helenística permitem uma melhor compreensão dos antecedentes do sistema de banhos romanos. Um bom ponto de partida para este estudo são os edifícios termais de Siracusa, de Géla e de *Megara Hyblaea*, todos construídos na Sicília (Gros, 1996: 390). Destes edifícios, o que se encontra melhor conservado é o de *Megara*, sendo nele que surge melhor evidenciado um conjunto de características que serão depois exportadas pelos colonos gregos para outras regiões e posteriormente adotados pelos Romanos. Este *balneion* apresenta um sistema de aquecimento aplicado, quer a banheiras, quer a salas tépidas, e uma utilização de um plano circular em *tholos*, ou em rotunda, aplicada às salas quentes (Gros, 1996: 390).

Para as termas da região da Lusitânia, no prefácio da monografia de Maria Pilar Reis, "*Las termas y balnea romanos de Lusitânia*", Jorge Alarcão levanta a questão das cidades romanas da Lusitânia, à semelhança de outras das restantes regiões do Império, terem sido dotadas desde a sua fundação de instalações termais. No entanto, os dados disponíveis nem sempre parecem corroborar essa hipótese. No caso da cidade de Mérida verifica-se que esta foi apenas dotada de instalações termais em data posterior ao século I d.C.. Na cidade romana de *Olisipo* essa instalação inicia-se somente na época de Tibério. Contudo, o exemplo de Conimbriga, com as suas termas Augustanas, parece bastante paradigmático dentro do contexto da região da Lusitânia, pois estas parecem já estar presentes desde a fundação da cidade (Pilar Reis, 2004: 17).

Relativamente às termas rurais, mais concretamente das *villae*, Jorge Alarcão refere o exemplo de S. Cucufate, onde uma *villa* de meados do século I ainda não apresenta termas. Já no caso da *villa* de Torre de Palma as termas foram apenas construídas na segunda fase, coincidindo com a renovação desta unidade habitacional. Estes dois exemplos parecem atestar o fato de as *villae* não possuírem desde fases iniciais divisões destinadas à prática dos banhos. O exemplo da *villa* de Pesquero, contudo, vem contrariar tal premissa (Pilar Reis, 2004: 17).

No que concerne à cidade de Braga merece destaque o estudo monográfico das termas públicas do Alto da Cidade, da autoria de Manuela Martins, intitulado “*As termas públicas de Bracara Augusta – um exemplo de arquitetura pública de Bracara Augusta*”. A investigação que permitiu a publicação desta obra revela-se fulcral para o conhecimento dos edifícios termais da cidade de *Bracara Augusta*, sendo de grande importância para o relatório que agora se apresenta, pois foi a partir dele que melhor ficámos a conhecer os particularismos dos edifícios termais da cidade de Braga.

Igualmente importante para o desenrolar do nosso trabalho foi a consulta direta dos relatórios produzidos na sequência dos trabalhos de campo, desenrolados aquando das intervenções arqueológicas que estiveram na base deste estudo. O relatório da intervenção realizada na R. Gualdim Pais pertence ao acervo arquivístico da UAUM. O relatório referente à intervenção da R. D. Afonso Henriques pertence ao GACMB, instituição a que agradecemos a cedência do mesmo, sobretudo na pessoa do Dr. Armandino Cunha. Ainda de grande importância para o nosso trabalho foram as teses de mestrado de Fernanda Magalhães e de doutoramento de Jorge Ribeiro. No caso da primeira, destaca-se o facto da mesma sintetizar os dados arqueológicos referentes a várias unidades habitacionais que possuíam equipamentos balneares. Já a dissertação de Jorge Ribeiro, serviu para melhor conhecermos alguns dos elementos usados na construção dos diferentes edifícios termais abordados neste relatório.

5 Metodologia de análise

5.1 Interpretação dos dados de campo

Para este estágio, que tinha em vista o estudo das termas romanas de *Bracara Augusta*, foram selecionados dois edifícios termais pouco conhecidos: as termas públicas da R. D. Afonso Henriques e as termas privadas da R. Gualdim Pais. Pretendeu-se, deste modo, estudar edifícios que ainda poderiam ser alvo de uma nova reanálise, não só através dos seus elementos arquitetónicos, como também dos seus espaços funcionais. Para o efeito julgou-se pertinente proceder a uma valorização das técnicas construtivas, dos materiais empregues na sua construção, do seu sistema de abastecimento e drenagem de água e, quando disponíveis, dos elementos decorativos, sobretudo a nível dos pavimentos.

Como base para este estudo foram usados os cadernos de campo das duas zonas arqueológicas. De notar que, no caso das termas privadas da R. Gualdim Pais, os cadernos de campo estavam na posse da UAUM, motivo pelo qual se optou por iniciar o trabalho com a análise desta intervenção. Relativamente aos cadernos de campo das termas da R. D. Afonso Henriques, estes encontravam-se na posse do GACMB, responsável pela escavação, tendo as suas cópias, sido fornecidas à UAUM⁵. Em ambos os casos não foi possível a análise dos vestígios *in situ*. Contudo, o conjunto de informações providenciado foi mais que suficiente para o estudo destes sítios.

Seguidamente foi realizada uma pesquisa exaustiva de toda a documentação referente a estas duas escavações, recorrendo-se aos cadernos de campo e aos registos gráficos disponíveis, nomeadamente planos, plantas, alçados, cortes e perfis. Sempre que possível, e de forma a melhorar a perceção dos desenhos de campo, utilizaram-se registos fotográficos disponibilizados pelo MADDS e também pelo GACMB.

Como ambas as intervenções foram realizadas segundo o sistema de complexos e camadas, foi necessário proceder à sua sistematização em UEs, o que facilitou em muito o nosso estudo, possibilitando uma melhor compreensão das diferentes fases de ocupação dos distintos locais.

A segunda fase do trabalho envolveu a conversão de todos dados interpretados para o formato digital, através da inserção das novas UEs na base de dados SIAUA (Sistema de Informação para a Arqueologia desenvolvido pela Unidade de Arqueologia). Este registo em base de dados permite usufruir de um conjunto significativo de vantagens, podendo destacar-se, entre elas, um mais rápido acesso a todos os registos, bem como uma maior centralização da mesma. Uma vez que a inserção dos dados obedece a um conjunto pré-determinado de campos de preenchimento, isto torna os registos contidos nesta base de dados mais uniformes e perceptíveis, uma vez que elimina potenciais erros na ótica do operador. É ainda possível, através de um conjunto de pesquisas, extrair um manancial significativo de informação, conforme se torne pertinente para cada caso ou estudo. No caso concreto deste estágio foram inseridos na base de dados os descritores de UEs, os materiais inventariados procedentes da intervenção da R. Gualdim Pais.

Procedeu-se ainda à vectorização dos desenhos que constavam nos cadernos de campo com o auxílio do *software* informático *Autocad 2011*. A vectorização destes desenhos possibilitou a posterior montagem de plantas interpretativas, compreendendo as plantas finais de escavação e

⁵ Agradecemos ao Dr. Armandino Cunha, responsável pela intervenção arqueológica, a gentileza de nos ter facultado a informação necessária relativa à escavação da R. D. Afonso Henriques, que permitiu a elaboração deste trabalho.

ainda as plantas dos diferentes espaços. Algumas das plantas interpretadas usadas e produzidas durante este estudo, juntamente com um conjunto de imagens selecionadas para ilustrar o que se julgou ser mais pertinente, relativamente a cada uma das zonas arqueológicas abordadas, serão apresentadas nos apêndices que se encontram no final deste trabalho.

De modo a tornar mais perceptível as plantas/perfis em *Autocad*, optou-se por criar uma legenda de UEs por cores. A preto foram assinaladas as UEs sedimentares, a cinzento as unidades de interface, e a magenta as unidades construídas.

Foi necessário também transpor, para o diagrama de Harris, as sequências estratigráficas das diferentes sondagens. Para uma melhor perceção deste diagrama optou-se por transpor o mesmo para o formato digital, através do *software Arched*. Contudo, para efeitos de edição deste mesmo diagrama, ele foi trabalhado no *software Autocad*, de acordo com as normas que são usadas normalmente pela UAUM para a edição deste tipo de diagramas. Este diagrama permite uma melhor compreensão da sequência de ocupação de uma dada ZA. Contudo, as limitações ao estudo da R. D. Afonso Henriques implicaram que este procedimento, apenas fosse levado a cabo na intervenção da R. Gualdim Pais.

Por último, foi necessário redigir o presente relatório, cujo objetivo passa pela criação de uma memória descritiva, de forma a tornar mais perceptível a compreensão dos dados recolhidos ao longo do nosso estágio. A redação desta memória descritiva, bem como dos demais elementos que constituem este relatório, foi efetuada com recurso ao *software* informático *Microsoft Office Word 2011*. Recorreu-se ainda aos seguintes *softwares* durante a realização da nossa análise: *Adobe Photoshop*, *Google Sketchup* e *Arched 1.5*.

Foram muitas as dificuldades encontradas ao longo da realização deste trabalho. Primeiramente, e devido ao avançado estado de deterioração em que muitas das ruínas se encontravam, aquando da sua escavação, foi por vezes bastante complicado procedermos à interpretação dos respetivos registos de campo, a partir dos cadernos de campo. Outro fator que limitou a nossa análise prende-se com o carácter preventivo inerente às intervenções arqueológicas analisadas, facto que limitou *à priori* a extensão das áreas escavadas às zonas sobre as quais recaiu a avaliação do seu potencial arqueológico. A extensão das áreas que foram escavadas nos dois sítios analisados, não resultou, por isso, da necessidade de interpretar os vestígios, mas sim da capacidade de avaliar se as mesmas podiam ou não ser construídas. Neste sentido, deparámo-nos com dificuldades de interpretação nas duas intervenções. No caso da intervenção na R. Gualdim Pais, porque a área escavada é demasiado pequena para permitir compreender as características

do balneário e, no caso da intervenção da R. D. Afonso Henriques, porque estamos perante as ruínas de um grande edifício público, parte do qual se esconde sob casas e ruas limítrofes da zona intervencionada.

Apesar destes constrangimentos procurámos avaliar, analisar e interpretar o melhor possível os dados disponíveis, os quais se encontram expressos no presente relatório.

5.2 Registo e apresentação dos dados

De modo a tornar possível uma melhor compreensão dos dados registados, foi elaborada uma memória descritiva para cada um dos sítios estudados. Essa memória descritiva teve como base o registo das fases construtivas da monografia elaborada por Manuela Martins (Martins, 2005) sobre as termas públicas do Alto da Cividade, e procurou focar os aspetos que foram considerados como relevantes para o estudo dos estabelecimentos balneares.

Devido aos constrangimentos com que nos deparámos no estudo da informação relativa às termas da R. D. Afonso Henriques, foram criados dois modelos diferentes de análise para os dois conjuntos.

Assim, relativamente à ZA da R. D. Afonso Henriques, como não foi possível proceder-se a um faseamento completo das estruturas analisadas, optou-se por descrever as estruturas e as eventuais áreas de banhos identificadas, integrando sempre que possível na sua descrição as estruturas associadas. Procurou ainda realizar-se uma interpretação funcional dos espaços.

Relativamente à ZA da R. Gualdim Pais, a nossa análise contempla, para além das estruturas, uma valorização da estratigrafia, das fases construtivas e respetiva cronologia, tendo-se valorizado toda a sequência de ocupação do local até à atualidade. Procedeu-se ainda à análise e caracterização dos diferentes espaços do balneário, bem como à sua interpretação funcional, salientando-se a sua organização na Fase II e a sua reforma na Fase III.

Parte II

Análise das intervenções

1 ZA R. D. Afonso Henriques

1.1 Introdução

Esta ZA situa-se na freguesia da Sé, sendo limitada a norte pela R. D. Afonso Henriques, a este pela R. Santiago, a sul pela R. de S. Paulo e a oeste pela R. Santo António das Travessas (Ribeiro: 2010, 59).

Os trabalhos arqueológicos realizados neste local decorreram ao longo de duas intervenções distintas. A 1ª campanha foi efetuada em 1998, tendo os trabalhos sido dados por concluídos na segunda campanha, que teve lugar no ano de 2002, tendo sido intervencionado um total de 38 sondagens. A responsabilidade científica das campanhas ficou a cargo do Dr. Armandino Cunha do GACMB.

As escavações foram realizadas no âmbito de trabalhos de ação preventiva de minimização de impactos, devido à existência de um conjunto de obras a realizar no interior do quarteirão.



Figura 4 - Vista das ruínas da R. D. Afonso Henriques, em fase de escavação (GACMB).

As ruínas registadas encontravam-se num mediano estado de conservação, como resultado da sucessiva ocupação deste espaço e de abundantes saques das estruturas, bem documentados na escavação. De entre o conjunto de estruturas identificadas é de destacar as que correspondem a um edifício de banhos que, pelas suas dimensões, se afigura de carácter público.

O grande volume de informação resultante das duas intervenções realizadas no local providenciou um avultado número de dados, bem como um vasto acervo de materiais arqueológicos associados a diferentes momentos de ocupação. Os prazos limitados para a realização deste estágio impediram-nos de efetuar o estudo e validação de toda a informação. Contudo, irá ser efetuada uma descrição breve do trabalho que realizamos de análise e interpretação de algumas das estruturas identificadas, procurando igualmente proceder-se a uma caracterização funcional dos diferentes espaços do balneário.

Embora, na atual fase de conhecimentos, não seja possível articular de forma segura nenhuma das áreas com um eventual circuito de banhos, nem enquadrar nenhum dos seus elementos de forma definitiva com as sucessivas fases de ocupação, julgamos poder propor, nesta fase dos trabalhos, dois possíveis esquemas de circulação para a área descoberta das termas.

Tendo apenas por base as ruínas estudadas, pode admitir-se que o esquema de circulação entre as salas seria axial. No entanto, se tivermos em conta alguns dados conhecidos para termas de grandes dimensões, como é o caso das termas de Caracala, que possui igualmente uma sala em forma de cruz, embora de funcionalidade distinta (Fig. 3), também seria possível existir um esquema de circulação circular. Todavia, julgamos que, em face dos elementos disponíveis e sobretudo em resultado da circunstância de não possuímos as entradas do edifício, será muito difícil precisar o esquema de circulação destas termas.

Cabe destacar que os dados contidos neste relatório estão naturalmente sujeitos a uma revisão, aguardando-se que se tornem públicos os dados referentes ao estudo dos materiais arqueológicos exumados, que permitirão sequenciar as fases do edifício, desde a sua fundação às sucessivas reformas a que esteve sujeito, bem como o seu abandono.

No entanto, com este primeiro estudo preliminar, pretendemos dar a conhecer o máximo de informação possível, de modo a potenciar futuros estudos relativos a este importante edifício de banhos de *Bracara Augusta*.

Tendo em consideração tal pressuposto, e de modo a complementar a visualização dos dados disponíveis até ao momento, irão ser disponibilizadas um conjunto de três plantas: uma primeira onde será visível a área geral da escavação, com todas as estruturas analisadas, e duas

outras plantas que apresentarão uma primeira proposta de interpretação das áreas de banhos. No caso da planta geral da escavação, foi introduzido o máximo de dados possíveis que se encontram já interpretados, sendo de destacar que existem muros que se encontram ainda por valorizar no âmbito geral da planimetria do balneário. Do mesmo modo, não serão referidas neste relatório as UEs sedimentares, pelo facto das mesmas não se encontrarem ainda datadas e validadas quanto à sua atribuição às fases construtivas.

1.2 Estruturas identificadas

1.2.1 Muros

De um modo geral, os muros identificados durante o estudo desta ZA oferecem um aparelho irregular, apresentando miolos constituídos, na maioria dos casos, por pedra miúda e elementos laterícios reaproveitados. Contudo, no caso das UEs 0372, 0414 e 0475, estas apresentam aparelhos do tipo *opus vittatum*. A largura destas estruturas pode variar entre os 40 e os 60 cm.

Embora a datação das estruturas desta escavação não seja ainda precisa, podemos sugerir que alguns destes muros possuirão, potencialmente, uma cronologia antiga, como parece ser o caso dos muros em *opus vittatum*, que podem datar do Alto Império, existindo outros que possuem claramente uma cronologia mais tardia, associados às remodelações do edifício termal, que oferecem aparelho mais irregulares.

A análise dos cadernos de campo referentes à intervenção arqueológica permitiu identificar um vasto conjunto de muros, podendo estes ser integrados em diferentes espaços de banhos, enquadráveis quer em salas quentes quer frias, bem como em áreas de serviços. Contudo, a interpretação funcional de todos os muros implicaria dispormos de um faseamento completo de todas as estruturas exumadas, algo que não foi possível realizar no tempo útil de execução deste trabalho.

Embora se desconheçam, com rigor, os limites físicos do edifício, entende-se que o muro identificado com a UE0022, com orientação E/O, poderá corresponder a um dos muros perimetrais do edifício, na circunstância aquele que se localizaria a sul, definindo o limite de um quarteirão da cidade romana. É possível que esse muro, de cuidada execução, em *opus vittatum*, seja anterior à

construção do balneário, podendo pertencer a uma construção que terá sido parcialmente demolida, para no seu lugar se construir um grande edifício de banhos.

Parte do muro referenciado pela UE0022 parece ter sido desmontada tendo-lhe sido adossado, do lado norte, um outro muro correspondente à UE0023, também orientado no sentido O/E.

Todos os restantes muros exumados na escavação se articulam com os espaços frios e quentes da área do balneário que foi posta a descoberto. Entre eles cabe destacar os que formalizavam um grande espaço aquecido que ocupa a parte central da área escavada. Referimo-nos concretamente às UEs 130 (parede sul), 0322 (parede oeste), 0316 (parede norte) e 0162 (parede este). Nos cantos do referido espaço aquecido desenham-se quatro pequenas divisões, que poderão corresponder a pequenos *alveí*, que aproveitavam os muros que limitavam a sala, aos quais encostaram outros, a saber: no canto sudeste (A1) os muros correspondentes às UEs 0158 e 0160; no canto sudoeste (A2) os muros definidos pelas UEs 0169 e 478; no canto noroeste (A3) os muros referenciados pelas UEs 0314 e 0321; e no canto nordeste (A4) os muros identificados como UEs 0299 e 0259.

A UE0398 deve ter servido de parede limite de um espaço frio, que seria ornamentado com uma piscina central (P1), sendo o referido espaço limitado a poente pelo muro correspondente à UE0322 e a nascente pelo que foi identificado como UE0475. A piscina possuía paredes em material laterício identificadas pelas UEs 0345 e 0360.

Nos limites norte e nascente do espaço frio acima referido desenham-se dois outros espaços que não foram totalmente descobertos, aos quais nos referiremos mais adiante.

Cabe ainda referir os muros que definem a estrutura do *praeurnium* construído a nascente da área 3, materializado pela construção de dois pequenos muretes, orientados no sentido O/E, identificados como UE0223 a sul, e UE0214 a norte. Estes muretes foram construídos com recurso a pequenos blocos de pedra de diferentes dimensões, de talhe e secção irregular. Encontrando-se preservados em ambos os lados em cerca de 1,30m de extensão, possuem, do lado norte, cerca de 0,40 m de espessura e do lado sul cerca de 0,30 m.

A boca do *praeurnium* foi executada igualmente em material pétreo, recorrendo a blocos de pedra, dispostos de forma perpendicular, na extremidade oeste dos pequenos muretes acima descritos.

1.2.2 Pavimentos

Foi identificado um substancial número de vestígios de pavimentos, sobretudo de *opus signinum*, que são usuais neste tipo de edifícios. Este género de pavimentos parece assentar sobre poderosas preparações executadas em pedra de diferentes dimensões.

O pavimento mais extenso (UE0506) é aquele que constituiria o piso que selou o entulhamento de uma grande sala aquecida, correspondendo, por isso, a uma reforma do balneário, que cremos associada a um momento já tardio, em que se inutilizou o hipocausto de uma grande sala aquecida, transformando-a em área fria. Um outro pavimento de *opus signinum* constitui o piso de uma piscina fria (UE0362), que constitui o elemento central de um espaço frio situado a norte da anterior sala. A separar os dois espaços existiria um corredor, também ele revestido de *opus signinum* (UE0513).

Associado a estes pavimentos em *opus signinum* foram encontrados restos de tesselas (UE0102), facto que evidencia que o *opus signinum* constituía uma base sobre a qual assentava o *opus tessellatum*, que embelezava os pisos das salas. Como poderá ser usual neste tipo de edifícios públicos, este pavimento poderia exibir motivos bastante elaborados, não tendo sido possível, contudo, restituir nenhum padrão decorativo a partir dos vestígios exumados.

Surge ainda um outro pavimento, composto por material laterício (UE0380), provavelmente do tipo *lydion*, que recobriria o chão de um espaço que julgamos corresponder a uma área fria. No limite norte da área escavada existia um outro compartimento que regista um solo de tijoleiras (UE0436), cuja cota, relativamente ao nível de circulação do balneário, sugere corresponder a uma sala aquecida por hipocausto, pelo que o pavimento de material laterício deveria formalizar a *area* da substrução de aquecimento.

Na área analisada foi ainda identificado um outro tipo de pavimento, constituído por grandes lajes de granito, com a superfície bastante polida (UE0403), o qual correspondia ao piso de circulação que envolvia a piscina da área fria. Na área analisada conservam-se apenas duas lajes desse solo, existindo ainda outros elementos pertencentes ao mesmo piso que foram detetados na parte poente do muro que define a referida piscina.

1.2.3 Estruturas de condução de água

Identificou-se um conjunto significativo de estruturas de condução de água, as quais parecem corresponder maioritariamente a canalizações em forma de caixa¹. Estas apresentam o lastro construído com recurso a elementos laterícios do tipo *lydion*, enquanto as suas paredes são formadas por blocos de granito, bem trabalhados, de secção sub-triangular. As coberturas, quando conservadas, variam entre a pedra e elementos laterícios.

Uma das mais importantes canalizações presentes na área analisada corresponde a uma estrutura de adução de água (C3). Trata-se de uma canalização em caixa, bem conservada, orientada no sentido SE/N, com lastro em material laterício (UE0187), paredes em pedra (UE0188) e cobertura em lajes de granito (UE0185). Preserva uma extensão conservada de cerca de 8,80 m, uma largura de 0,80 m e cerca de 0,44 m de altura.

O lastro foi construído em tijoleiras, cujas dimensões têm cerca de 0,20 m por 0,16 m de comprimento e largura, respetivamente. As paredes são construídas em granito, com elementos bastante faceados do lado interno, estando dispostos numa única fiada. Os mesmos estão justapostos ao lastro e detêm cerca de 0,28 m por 0,16 m de comprimento e largura, respetivamente. A cobertura foi realizada com blocos toscamente afeiçoados, cujas dimensões são de cerca de 0,60 m por 0,40 m de comprimento e largura, respetivamente. Apresenta um pendor para noroeste de cerca de 0,80 m.

Presumivelmente estamos perante uma estrutura que abastecia de água a piscina da área 4, diretamente a partir do *decumanus* que corria a sul do edifício.

1.2.4 Blocos

Embora nesta fase de análise se desconheça a utilização deste tipo de estruturas, estas foram devidamente registadas, cabendo aqui fazer uma breve referência das mesmas, visto surgirem na planta geral da intervenção.

De entre o conjunto de blocos referenciado cabe destacar aqueles que correspondiam ao

¹ Agradecemos a Hélder Teixeira a disponibilidade demonstrada na cedência da descrição das canalizações.

reforço do ângulo de remate de muros, como será provavelmente o caso dos blocos identificados com as UEs 0324, 0518, 0325, 0276, que poderão corresponder aos cantos da eventual sala aquecida central.

As UEs 0418 e 0496 constituem outros exemplares de blocos, utilizados na construção deste grande edifício. Estes poderão ter sido utilizados como ombreiras, de eventuais passagens, entre salas distintas.

No caso da boca do *praefurnium*, tal como já referido, esta foi construída em material pétreo, sendo materializada com recurso a dois blocos de pedra, registados como UE0189 e 0263.

Podemos ainda salientar a existência de um conjunto de blocos cuja funcionalidade permanece ainda uma pouco imprecisa, como parece ser o caso do bloco presente na planta geral da intervenção registado como UE0080.

1.3 Áreas de banhos e estruturas associadas

A norte do muro UE0022 que definiria, muito possivelmente, o limite sul do balneário, foram construídas uma série de áreas de banhos, correspondendo quer a áreas frias, quer quentes e uma eventual área de serviços, que seguidamente se apresentam.

A **área 1** formaliza uma sala fria, estando circunscrita pelos muros identificados pela UE0128, a oeste, 0130, a norte, 0137, a este e 0090, a sul. Esta área poderia possuir 7 m de comprimento (cerca de 24 pés) e 6,30 m de largura (cerca de 21 pés).



Figura 5 – Vista parcial das ruínas da área 2, da escavação da R. D. Afonso Henriques (GACMB).

A **área 2** (Fig. 5), situada a norte da área 1, corresponde a um espaço quente, com hipocausto, apresentando colonelos, do tipo simples, tendo sido referenciados como UE0184. Esta área poderá ter funcionado como *caldarium*, uma vez que o hipocausto está em contacto com um *praefurnium* que se dispõe a nascente do espaço.

Trata-se de uma sala em forma de cruz, com cerca de 8,5 m de comprimento (cerca de 29 pés) por 10 m de largura (cerca de 34 pés). Em cada um dos cantos desta sala registam-se estruturas que julgamos definirem quatro pequenos *alvei*.

Esta sala foi materializada com a construção dos muros UE0130 a sul, UE0322 a oeste, UE0316 a norte e UE0162 a este. O muro sul, que servirá de divisória entre esta área e a área 1, deveria possuir uma abertura, de modo a permitir a circulação entre as duas áreas. O muro este serviria de divisória entre este espaço e uma área de serviços onde se situa um *praefurnium*. O limite norte serve igualmente como muro separador entre este *caldarium* e um espaço de circulação frio (área 3).

As quatro pequenas divisões presentes nos cantos desta área poderão possuir sensivelmente 3x2 m (10x7 pés), sendo possível que estivessem revestidas por *opus signinum*. O *alveus* situado no canto sudeste (A1) foi delimitado com a construção dos muros UE0158 e UE0160, servindo respetivamente como balizas norte e oeste. O *alveus* do canto sudoeste (A2) seria limitado a norte pelo muro UE0169, funcionando a UE0478 como limite este. No quadrante noroeste da área 2 foi construído um outro espaço destinado a conter um outro *alveus* (A3), confinado pela UE0314 a este e pela UE0321 a sul. O espaço reservado a um outro possível *alveus* (A4) foi materializado no canto nordeste com a construção dos muros UE0299 a oeste e UE0259 a sul.

Num momento que julgamos poder corresponder ao Baixo-Império, o espaço do hipocausto foi entulhado para permitir o assentamento de um solo de *opus signinum*, com uma poderosa preparação, do qual se conservam alguns vestígios, que deixam perceber que sobre ele assentava uma piso em *opus tessellatum*. Assim, o anterior espaço aquecido, que terá correspondido inicialmente a um *caldarium*, terá sido transformado numa ampla área fria.

A norte da área 2 situava-se a **área 3**, que correspondia a um espaço frio. Devido ao seu aspeto mais alongado no sentido E/O, sugerimos que pudesse cumprir as funções de corredor (*ambulacrum*), apresentando sensivelmente 15 m de comprimento (cerca de 50 pés) e 3 m de largura (cerca de 10 pés). Esta área está confinada pelo muro UE0322 a oeste, podendo a UE0398 servir de limite a norte, enquanto a UE0316 a limitaria a sul, servindo de divisória entre este espaço

e a área 2. Este muro deveria igualmente possuir uma abertura que permitiria a passagem entre estas duas áreas.

A **área 4**, localizada a norte da área precedente, poderá ter servido como *frigidarium*. Esta área comporta no seu centro uma piscina de razoáveis dimensões (Fig. 6), cujos muretes (UE0345 e UE0360) foram construídos em material laterício, encontrando-se bastante destruídos. Esta piscina (**P1**) poderá ter possuído cerca de 9 m de comprimento (cerca de 30 pés) e 2,50 m de largura (cerca de 8 pés), possuindo um solo em *opus signinum*, assente numa sólida preparação em granito. De modo a permitir o seu uso como elemento relacionado com o circuito de banhos, estima-se que deveria ter cerca de 1 m de profundidade. Desta forma, e aceitando estes valores, podemos sugerir que esta piscina tivesse uma capacidade para 25 m³ de água.

As suas paredes, feitas de material laterício, teriam cerca de 0,40 m de largura, estando conservadas em cerca de 3,50 m de comprimento. O limite norte desta P1 seria o muro UE0345 e o limite sul está representado pelo muro referenciado pela UE360, ambos orientados no sentido O/E.



Figura 6 – Vista S/N da piscina P1, da área 4, da escavação da R. D. Afonso Henriques (GACMB).

Relativamente à área 4, podemos ainda referir que estamos perante um espaço delimitado pelo muro UE0475 a este e, simultaneamente, seria limitado a sul, e separado da área 3, pelo muro UE0398. Este muro poderia conter uma abertura, de modo a permitir a passagem entre as duas áreas. O limite a norte, nesta fase da investigação, permanece ainda um pouco incerto, tal como irá ser explorado nas razões enunciadas para o limite a sul da área 5.

É possível que esta área possuísse dimensões consideráveis, sendo mais alongada no sentido O/E, tal como verificado para a área 3, podendo ter cerca de 7 m de largura (cerca de 3 pés) e pelo menos 10 m de comprimento (cerca de 33 pés). A área envolvente da piscina era recoberta por um pavimento de lajes de granito, identificado como UE0403.

A **área 5** acomoda um espaço que poderá ter servido como *caldarium* ou *tepidarium*, sendo possível que possuísse um sistema de hipocausto. Esta sugestão é feita com base na análise das evidências arqueológicas muito fracionadas de elementos laterícios, que poderão corresponder à *area* onde assentariam os colunelos, mas também na altura do pavimento, rebaixado cerca de 1 m relativamente à cota de circulação do balneário.

Este compartimento situar-se-ia a norte da área 4, possuindo dimensões mais modestas. A transição para esta área poderia ser feita através de uma passagem situada entre os pilares UE0418 e UE0420, embora se admita que esta passagem possa ter sido tapada pela construção do murete UE0404, em data ainda a precisar.

A área 5 seria então delimitada a oeste pelo muro UE0414, e a este pelo muro UE0475, desconhecendo-se o seu limite mais a norte. Como já constatado anteriormente, o muro separador entre esta área e a área 4, ainda é um pouco incerto. Desconhecemos, neste momento se a canalização C11 (UE0411 e UE0412) terá servido como limite da sala, ou qual a sua funcionalidade em relação ao resto das ruínas. Podemos, no entanto, sugerir que esta canalização pudesse ter sido recoberta em data incerta, existindo a possibilidade da estrutura que a sobrepôs ter servido de muro delimitador. Tais incógnitas impossibilitam o conhecimento das reais dimensões deste compartimento, sendo contudo possível que medisse cerca de 5 m de comprimento (cerca de 17 pés).

Quanto à **área 6**, localizada a este da área 4, esta poderá corresponder a um outro espaço frio. Esta divisão possuiria um pavimento em material laterício, encontrando-se bastante destruído. Este pavimento, registado como UE0380, seria constituído por elementos com cerca de 0,45x0,30 parecendo ser de tipo *lydion*.

A área 6 encontra-se delimitada pelos muros UE0372 a norte, a oeste pelo muro UE0475 e pela UE0398 a sul, desconhecendo-se o seu limite a este. Embora se desconheçam os limites desta área a este, sugerimos que esta pudesse possuir, no sentido N/S cerca de 6 m de comprimento (cerca de 20 pés).

É possível que o acesso a esta sala pudesse ser efetuado através de uma passagem aberta no muro UE0475, que serviria de separação entre esta área e a contígua área fria 5.

A **área 7** conformaria um espaço utilizado como área de serviços, onde se encontrava instalado o único *praefurnium* descoberto nesta escavação (Pr1), destinado a aquecer o hipocausto da área 2, localizada a oeste. Sugerimos que este espaço possa ser delimitado a este pela UE0041, a sul pela UE0136 e a oeste pelo muro UE0162, servindo precisamente de divisória entre esta área e o espaço quente localizado a oeste. Esta área de serviços poderá ter possuído cerca de 11 m de comprimento (cerca de 36 pés) e 4 m de largura (cerca de 13 pés), sendo mais alongado no sentido N/S. Poderemos ainda admitir, tendo por base outros modelos de áreas de serviço conhecidos, que o muro UE0041 pudesse possuir uma abertura, permitindo assim o acesso a esta área por um corredor que ligaria ao exterior do edifício.

Podemos ainda sugerir que esta área se encontrasse compartimentada, podendo existir dois pequenos espaços, que seriam utilizados como locais de armazenamento de lenha. Esta sugestão é feita com base na evidência deixada pelos alicerces dos muros UE0197 e 0484. Estes espaços seriam delimitados a oeste pelo muro UE0162. O espaço confinado a nascente pela UE0197 situar-se-ia a norte do murete do pré-fúrnio (UE0214). O espaço confinado a este pela UE0487 poderia estar localizado a sul do murete identificado pela UE0223, também pertencente ao pré-fúrnio.

O **Pr1** foi construído a nascente da área 3, tendo sido materializado pela construção de dois pequenos muretes, orientados de forma paralela no sentido O/E, em pedra, identificados como UE0223 a sul, e UE0214 a norte. Estes muretes foram construídos com recurso a pequenos blocos de pedra de diferentes dimensões, de talhe e secção irregular. Encontrando-se preservado em ambos os lados em cerca de 1,30 m, possuindo do lado norte cerca de 0,40 m de espessura e do lado sul cerca de 0.30 m.

A boca do *praefurnium* foi executada igualmente em material pétreo, recorrendo a blocos de pedra, dispostos de forma perpendicular, na extremidade oeste dos pequenos muretes acima descritos. A estrutura do *praefurnium*, que pode ser classificado como de canal externo, poderá ter tido no total cerca de 2 m de comprimento (cerca de 7 pés) e 0,70 m de largura (cerca de 2 pés).

A **área 8**, situada a nascente da área 1 e a sul da área de serviços, corresponde a um espaço frio. Seria delimitado a norte pela UE0136, a este pela UE0041, a oeste pela UE0137 e a sul pela UE0035. Sendo mais alongada no sentido N/S, este compartimento possuiria 5,40 m de comprimento (cerca de 18 pés) por 4 m de largura (cerca de 13 pés).

Podemos admitir que a passagem entre este espaço e a área 1 podia ser efetuada através de uma abertura no eixo do muro UE0137.

Ainda integrada na área 8, situando-se na sua parte sul, estará uma outra possível área, parecendo corresponder a um pequeno *alveus* (A5) com 4 m de comprimento (cerca de 13 pés) e 1 m de largura (cerca de 3 pés).

A **área 9** poderá ter sido construída a oeste do *alveus* 5. Perante os dados disponíveis até ao momento não podemos com segurança, atribuir nenhuma funcionalidade a este espaço. Contudo, podemos sugerir que se trate de uma área fria de apreciável dimensão, possuindo cerca de 6,20 m de largura (cerca de 20 pés) e cerca de 3,20 m de comprimento (cerca de 10 pés). Esta área poderá ser limitada a sul pela UE0022, a norte pela UE0090, a este pela UE0137 e a oeste pela UE0128.

Poderia existir uma passagem aberta no muro UE0090, de modo a permitir a passagem entre esta área e a área 1.



Figura 7 – Vista parcial das ruínas da R. D. Afonso Henriques, em fase de escavação (GACMB).

2 ZA R. Gualdim Pais

2.1 Introdução

Esta ZA situa-se na freguesia da Sé, localizando-se no logradouro de uma casa na R. Gualdim Pais, sendo limitada a sul pela R. D. Afonso Henriques, a oeste pela R. das Chagas e a este pela R. Gualdim Pais (Ribeiro, 2010: 63).

Os trabalhos arqueológicos realizados neste local decorreram ao longo de duas campanhas distintas. A 1ª campanha teve lugar entre 16/06/1987 e 07/09/1987, tendo a 2ª campanha sido realizada entre 08/03/1988 e 16/08/1988. A responsabilidade científica de ambas as campanhas ficou a cargo da Dr.ª Manuela Delgado e do Dr. Francisco Sande Lemos, da UAUM. As escavações foram realizadas no âmbito de trabalhos de ação preventiva de minimização de impactos, devido à existência de um projeto para a construção de garagens no interior do quarteirão. Foi intervencionada uma área com cerca de 90 m² (Delgado, 1987:188; Magalhães, 2010: 92), tendo sido registadas ruínas que se encontravam num mediano estado de conservação, como resultado de uma sucessiva ocupação deste espaço (Magalhães, 2010: 92). Ao longo dos séculos, e devido a contínuos saques e revolvimentos, este sítio sofreu um conjunto significativo de destruições que contribuíram para uma difícil perceção das ruínas.

2.2 Estruturas identificadas

Tendo sido realizado, neste local, um conjunto de cinco sondagens, iremos neste relatório debruçar-nos sobre os dados resultantes da análise dos vestígios exumados em apenas três dessas sondagens. Isto prende-se com o facto destas serem as que mais dados nos providenciaram para a temática que agora se apresenta. Referimo-nos, concretamente, às sondagens G1, G2 e G3.

De entre as ruínas estudadas cabe aqui destacar aquelas que forneceram um maior número de informações relacionadas com a construção de um balneário de uma *domus* romana (Ribeiro, 2008: 28).

2.2.1 Muros

Os muros identificados encontram-se bastante destruídos, conservando-se apenas a primeira ou segunda fiadas de pedras, facto que dificulta a sua caracterização.

De uma forma geral, a maioria dos muros possui um aparelho irregular, com pedras de diferentes tamanhos e talhe grosseiro, com interstícios preenchidos por pequenos fragmentos de material laterício e pedra miúda (Magalhães, 2010:94). Alguns destes muros, como parece ser o caso do muro UE0001 (M1), assentam diretamente sobre a rocha.

É de salientar a existência de um muro, identificado como UE0004 (M4), que assenta diretamente sobre a canalização representada como UE0005 (C1), inutilizando-a. Apresenta como particularidade o facto de, no seu aparelho, se encontrarem blocos de pedra possivelmente reutilizados (Magalhães, 2010: 94). Surge ainda um outro conjunto de muros, integrados já na 3ª ou 4ª fase de ocupação, identificados pelas UEs 0003 (M3) e 0033 (M6), que corresponderão a uma ocupação tardia do espaço. O muro M3 parece definir uma subdivisão da sala quente, assentando sobre elementos do pavimento do hipocausto da mesma. Embora se possa admitir a construção, numa fase anterior de um outro muro divisório para esta mesma sala, a materialização deste muro, a nível do subsolo, poderá corresponder a um encurtamento do espaço quente desta unidade termal.

Por último, é de notar a existência de um muro que corresponde à UE0014 (M5), que deverá ser moderno, possuindo uma vala de fundação aberta numa camada superficial.

2.2.2 Pavimentos

Foi identificado um pavimento em argila batida, registado como UE0007 que, aparecendo associado a um espaço frio do balneário da habitação, poderá ter sido recoberto por revestimento em *opus signinum*. Este pavimento encontra-se rematado por um friso de tesselas identificado pela

UE0006. Na sala contígua, interpretada como hipocausto, foram registados alguns elementos retangulares de tipo *lydion* com 0,42 m de comprimento por 0,30 m de largura, formando a *area* do referido hipocausto (Magalhães, 2010: 94).

2.2.3 Pilares

É possível presumir a existência de um pilar enquadrável na primeira fase de ocupação deste arqueossítio, registado como UE0031 (P2). Este apresenta uma vala de fundação aberta na rocha (UE0035) que, juntamente com outros dados já exumados no contexto de *Bracara Augusta* poderá indicar a presença de um pórtico.

2.2.4 Estruturas de condução de água

A elevada necessidade de água, de modo a manter em funcionamento este tipo de edifícios, justifica a presença, neste local, de uma quantidade significativa de estruturas de condução de água. No entanto, um edifício termal com as dimensões daquele que agora se analisa, naturalmente iria necessitar de uma quantidade mais diminuta de água comparativamente com aquele analisado no caso da R. D. Afonso Henriques.

Contudo, não se conservaram, até aos nossos dias, muitas evidências de estruturas de condução de águas nas três sondagens analisadas, sendo possível assinalar a presença de duas estruturas. Uma dessas canalizações, identificada como UE0005 (C1), enquadrada na 2ª fase de ocupação, seria de caixa, encontrando-se muito destruída. Dela, apenas se conservaram o lastro e as paredes, não sendo possível identificar os elementos da sua cobertura. O lastro é constituído por tijolos do tipo *lydion*. Por sua vez, as paredes são de granito de aparelho de tipo *opus vittatum*. O alçado oeste desta canalização encontrava-se adossado ao muro correspondente à UE0001 (M1), podendo esta estar associada à condução de águas para o compartimento frio do balneário. Esta canalização terá tido aproximadamente 5 m de comprimento (Magalhães, 2010: 95), dela subsistindo apenas 3,20 m (Teixeira, 2012).²

² Agradecemos a Helder Teixeira a disponibilização dos dados relativos às estruturas de água, que foram objeto do seu trabalho de estágio, realizado no âmbito do Mestrado de Arqueologia da Universidade do Minho.

A canalização C2 (UE0034) poderá ser enquadrada na quarta fase de ocupação, encontrando-se bastante destruída, estando o seu comprimento conservado em cerca de 0,60 m, com cerca de 0,20 m de altura. O lastro é composto por tijoleiras do tipo *lydion* assentes diretamente sobre a rocha. As paredes são compostas por quatro pedras de granito, não se tendo conservado vestígios da tampa. Tal como no caso da estrutura C1, trata-se de canalização de caixa.

2.3 Fases construtivas: cronologia e interpretação

2.3.1 Fase I Fase Pré Balneário (século I/II)

2.3.1.1 Cronologia

A primeira fase de ocupação do sítio poderá ser datada dos inícios do século I (Delgado, 1987: 190), cronologia que é sugerida com base em fragmentos de lucerna, bem como fragmentos de cerâmica e vidro (Magalhães, 2010: 93).

Para além destes materiais passíveis de datar esta fase construtiva, são ainda de salientar os seguintes, presentes na UE0054 (=0115=): um fragmento de terra sigillata hispânica, datável dos séculos I/II, um fragmento de vidro de taça de gomos e 1 asa de engobe vermelho, bem como diversos fragmentos de cerâmica comum de cronologia imprecisa³.

2.3.1.2 Análise das estruturas

A esta fase só pode ser atribuída um conjunto restrito de estruturas, referenciadas na sondagem G3, a saber um pilar *in situ* e uma calçada.

Este pilar, registado como UE0031 (P1), poderá então corresponder a um dos pilares de um eventual pórtico (Fig. 8). Esta evidência arqueológica possui vestígios de almofadado mal definidos ou degradados (Ribeiro, 2010: 308).

³ Dados recolhidos a partir do estudo dos cadernos de campo. Estes materiais foram sumariamente analisados pela Dr.ª Manuela Delgado, aquando do primeiro estudo sobre este arqueossítio.

A calçada, integrável nesta primeira fase, identificada como UE0045 (S4), possui uma orientação S/N, sendo constituída por elementos de granito de diferentes dimensões e de talhe irregular. Esta encontra-se conservada numa extensão de cerca de 5,40 m.



Figura 8 – Vista S/N da sondagem G3, da escavação da R. Gualdim Pais. Em primeiro plano a UE0031 (MADDs).

2.3.1.3 Análise da estratigrafia

Sendo relativamente escassos os elementos construtivos associados a esta fase, o mesmo pode ser verificado quanto à existência de unidades sedimentares registadas. No que concerne às valas de fundação, podem assinalar-se as UEs 0035 e UE0053, ambas abertas na rocha. No caso da UE0035, esta reporta-se ao pilar P2 (UE0031), possuindo um enchimento identificado como UE0049. Por seu lado, a UE0053 refere-se à fundação da calçada S4 (UE0045), cujo enchimento foi registado como UE0054.

A ausência de materiais datáveis associados aos enchimentos de cada vala de fundação, torna um pouco difícil precisar a cronologia de construção de cada uma destas estruturas.

2.3.2 Fase II Construção do balneário (Século III/IV)

2.3.2.1 Cronologia

A segunda fase, que pode ser datada dos finais do século III/inícios do século IV (Magalhães, 2010: 93), é marcada por profundas transformações, sobretudo devido à construção de um balneário privado, que se terá integrado na estrutura de uma habitação que existiria no local. A identificação desta estrutura de banhos é suportada por um conjunto de elementos característicos deste tipo de construções. Neste caso, em concreto, foi possível registar evidências de um hipocausto e de uma sala fria.

Segundo Manuela Delgado, a construção deste balneário não se poderá ter verificado numa fase posterior ao século IV. De modo a atestar esta cronologia, a mesma autora refere o exemplo da sondagem G2, onde se encontram os vestígios de um eventual hipocausto, não tendo sido possível identificar qualquer material de datação alto-imperial. Este fator entra em claro contraste com o verificado com a sondagem 3, onde se localizam os vestígios referentes à fase I de ocupação do local (Delgado, 1987:190). Cabe destacar, para esta fase, os materiais exumados da UE0060, (=0125=, =0126= e =0131=), designadamente vários fragmentos de produções de *terra sigillata hispânica*, bem como um fragmento de lucerna e ainda outros materiais de cronologia imprecisa, integrados em produções de cerâmica comum⁴.

2.3.2.2 Análise das estruturas

Tal como referido anteriormente, a hipótese da existência de um eventual balneário poderá ser sugerida tendo por base a presença de diversas estruturas normalmente enquadráveis em tais edifícios.

De modo a materializar as distintas áreas de banhos, podendo ter-lhes servido como muros divisórios ou limitrofes, foi construído um conjunto de muros identificados como UEs 0001 (M1) e 0002 (M2), sendo ambos de construção pouco cuidada e apresentando um aparelho irregular. A UE0001, M1, orientada no sentido N/S, possui cerca de 0,50 m de largura, encontrando-se

⁴ Dados recolhidos a partir do estudo dos cadernos de campo. Estes materiais foram sumariamente analisados pela Dr.ª Manuela Delgado, aquando do primeiro estudo sobre este arqueossítio.

conservada em cerca de 3,50 m de comprimento. Este muro poderá ter funcionado como limite este de uma possível área fria. Por sua vez, a UE0002 (M2), orientada no sentido O/E, possui 0,50 m de largura, tendo-se conservado em aproximadamente 2,90 m do seu comprimento. Esta estrutura poderá ter servido de divisório entre uma eventual área quente e uma área fria. Poderá ainda ter funcionado como limite sul da área associada a um hipocausto.

Diretamente relacionada com a área de banhos surge-nos uma canalização responsável pelo transporte de água, registada como UE0005 (C1). Esta aparece encostada ao M1 (UE0001), encontrando-se bastante destruída, apenas se conservando o lastro e as paredes e desconhecendo-se os elementos da cobertura. O lastro é formado por tijolos do tipo *lydion* e as suas paredes são de granito de aparelho tipo *opus vittatum*.

O conjunto de ruínas identificadas nas sondagens G1 permitiu a identificação de uma série de estruturas associadas a um eventual hipocausto. De modo a consubstanciar a construção deste hipocausto foi construído um conjunto de colonelos (UE0009), em material laterício reaproveitado, de diversas dimensões, predominando o tipo *bessale*. Estes colonelos assentariam sobre uma *area* (UE0008), contendo material laterício de tipo *lydion*, com 0,40x0,30 m e *tegulae* invertidas. Esta *area* foi posta a descoberto numa extensão total de 7 m² (Magalhães, 2010, 94). De modo a possibilitar o assentamento do pavimento da *area* foi realizada uma preparação em granito (UE0010), constituída por elementos irregulares.

A sul desta área quente foi edificada uma área fria, cujo limite este foi materializado com a construção do muro M2. Nesta área, nos limites do piso de argila, observa-se um pequeno friso com cerca de 0,20 m de largura, composto por pequenas tesselas, identificadas como UE0006. Este friso poderá ter servido de remate a um possível piso em *opus signinum*, que não se conservou. Este friso seria composto por quatro linhas de tesselas de cor branca, de forma quadrangular, com 0,02 m de lado (Magalhães, 2010: 95,96).

2.3.2.3 Análise da estratigrafia

Não sendo possível constatar a existência de uma vala de fundação para o M1, nem a existência de nenhum enchimento a ela associada, torna-se difícil proceder à sua datação cronológica. Apenas uma análise da estratigrafia nos permite sugerir o enquadramento desta estrutura na segunda fase de ocupação. Por sua vez, a construção do muro M2 (UE0002) implicou a abertura de uma vala de fundação (UE0028), aberta na rocha. Tal como verificado para a

UE0001 (M1), não foi possível identificar nenhum enchimento associado a esta vala de fundação, facto que inviabiliza a datação direta da estrutura. A inserção deste muro nesta fase apenas foi, uma vez mais, possível através da análise estratigráfica.

Como já referido, na possível área fria do balneário foi registado um pavimento em argila, muito batida, identificado como UE0007. Este pavimento apresenta uma preparação UE0023, composta por pedra granítica grosseira. Foi ainda identificado um enchimento de nivelamento UE0060, verificável na sondagem G3, que terá permitido uma regularização do solo. A partir da análise estratigráfica, poderemos sugerir que este nivelamento poderá ter ocorrido logo nos primeiros momentos desta fase de ocupação.

2.3.2.4 Interpretação do edificado

Foi possível identificar, nesta fase construtiva, um espaço de banhos constituído por três áreas distintas. Uma grande zona, que poderá ter contido uma ou duas áreas quentes, poderá ter sido construída no quadrante sudoeste. Esta interpretação foi feita tendo por base um conjunto de estruturas associadas a um hipocausto e a um possível pré-fúrnio. Estes vestígios foram identificados na sondagem G2, podendo, no entanto, estender-se mais para oeste. Contudo, a interrupção da escavação não permitiu identificar os limites oeste e norte desta zona quente. Uma outra zona fria foi edificada no quadrante sudoeste e sudeste, tendo as estruturas associadas sido registadas nas sondagens G1 e G2. Esta área fria foi interpretada com base nas evidências de um pavimento em argila, rematado por um friso em *opus tessellatum*. Este espaço poderá corresponder a um *frigidarium*. A impossibilidade de prosseguir a escavação para sul impossibilitou a exploração e identificação dos limites desta zona fria.

A zona quente, tal como acima referido, poderá ter sido subdividida em duas áreas, possivelmente um *caldarium* (área 1) e um *tepidarium* (área 2). O eventual *caldarium* é presumido pelas evidências de um conjunto de vestígios associados a um hipocausto, nomeadamente a UE0009, que corresponde aos colonelos e a UE0008, que identifica a *area* do referido espaço.

Considerando que esta sala pudesse ter cerca de 5 m de comprimento (cerca de 16 pés), é de admitir que o espaço pudesse ser subdividido de modo a acomodar duas áreas distintas, criando assim um espaço mais quente (área 1), mais próximo da boca do *praefurnium* e uma outra área (área 2), mais distanciada da entrada de calor, que poderia acomodar um *tepidarium*. A divisão

entre *caldarium* e *tepidarium* poderá ter sido obtida através da construção de um muro, que se situaria ao nível do solo do edifício, não materializado ao nível do hipocausto.

A boca de um possível *praefurnium* foi registada como UE0107, correspondendo a uma estrutura em pedra e em material laterício. Esta estrutura poderá ser ainda associada a uma outra área, da qual não possuímos qualquer vestígio, pois localizava-se fora da área escavada.

Quanto à área fria (área 3), esta encontra-se materializada pelo já referido pavimento em argila e pelo friso em tesselas que rematava um possível pavimento, de *opus signinum*, funcionando como divisória entre estes dois espaços.



Figura 9 – Vista E/O das sondagens G1 e G2, da escavação da R. Gualdim Pais. Em primeiro plano o muro UE0003.⁵

2.3.3 Fase III Remodelação do balneário (2^a metade do séc. IV?)

2.3.3.1 Cronologia

Não tendo subsistido qualquer nível sedimentar associado a esta fase, não foi possível a recolha de material arqueológico que pudesse fornecer uma datação para esta fase. A impossibilidade de registo destes níveis, ao contrário do que se verifica para outras fases de ocupação, não nos permite o faseamento com base na análise estratigráfica. Apenas o conhecimento que possuímos para a fase anterior e posterior nos permite sugerir uma datação para esta fase. Contudo, admitimos que a diminuição dos espaços quentes, evidente nesta fase de

⁵ <http://www.uaum.uminho.pt/estrutura/Imagens/Rua%20G.%20Pais/escavacao/fig002.JPG>, acedido em 05-09-12)

ocupação, possa ser enquadrada numa prática, generalizada a partir do século IV, por todo o Império romano, de diminuição das áreas aquecidas (Nielsen, 1990: 62).

2.3.3.2 Análise das estruturas

Esta fase de ocupação fica marcada por reestruturações na área de banhos, sobretudo no que concerne às áreas quentes. A divisão que poderá ter existido na fase anterior entre *caldarium* (área 1) e *tepidarium* (área 2) terá agora sido materializada a nível do subsolo com a construção do muro UE0003 (M3), que terá encurtado o hipocausto, obrigando a uma reestruturação de alguns dos colunelos. Este muro exibe uma orientação N/S, apresentando uma construção pouco cuidada, possuindo 0,50 m de largura e encontrando-se conservado em cerca de 1,50 m de comprimento (Fig. 9).

Sobre a canalização C1 (0005), associada à primeira fase de ocupação, foi construído o muro M4 (UE0004), que terá inutilizado esta estrutura de condução de águas. Este muro possui uma orientação O/E, estando encostado ao muro UE0001 (M1). A estrutura apresenta um aparelho irregular, constituído por pedras de grandes e médias dimensões, sendo estas possivelmente reutilizadas. Possui 0,60 m de largura, estando conservado em cerca de 1,50 m do seu comprimento.

2.3.3.3 Análise da estratigrafia

Para esta fase de ocupação não foi possível identificar qualquer nível sedimentar. Este facto dificulta assim a datação direta desta reforma, para a qual não possuímos quaisquer materiais.

2.3.3.4 Interpretação do edificado

A área destinada aos banhos continua sensivelmente com as mesmas características relativamente à da fase anterior. No entanto, devido ao possível encurtamento do hipocausto associado às anteriores áreas 1 e 2, materializado com a construção do muro UE0003, terá deixado

de existir circulação de ar quente para a área 2, obrigando inclusive a uma reestruturação parcial dos colonelos do restante espaço que subsistiu do hipocausto.

O encurtamento do espaço destinado ao hipocausto e a construção do muro M3, a área que foi interpretada na fase anterior como sendo *tepidarium* passou, nesta fase, a cumprir funções de área fria. Por sua vez, a área 3, que constituía o *frigidarium* da fase III, parece ter mantido a mesma função.

2.3.4 Fase IV Abandono (Século V/VI)

2.3.4.1 Cronologia⁶

Esta fase encontra-se marcada pela destruição e abandono do local, sendo estes processos caracterizados pela elevada presença de valas de saque. A cronologia para esta fase foi estabelecida de acordo com os materiais presentes nessas valas, associados aos muros e pavimentos das fases II e III.

Em particular, cabe destacar os materiais contidos nas UEs 0019, 0025 e 0030, que se reportam a níveis de destruição de muros e do hipocausto.

A UE0019, que regista o derrube do muro M1 (UE0001), providenciou cerâmicas comuns grosseiras dos séculos II/III (=0058=, =0059=, =0078=). Foram ainda registados treze fragmentos de cerâmica cinzenta ou acinzentada, datável dos séculos V-VII, bem como vários fragmentos de pratos da forma 3, em fabrico foceiano (estrato 5, da sondagem G1) (Delgado, 1987: 191). Por sua vez, na UE0025, referente ao enchimento da vala de saque UE0024, que se reporta ao saque do muro M3 (UE0003), foi possível recolher elementos de um almofariz (imitação da forma Rigoir 29) produzido em cerâmica cinzenta tardia, datável do século VI (Delgado *et al.*, 2009: 66), fragmentos de uma tigela (imitação da forma Rigoir 6b), igualmente produzida em cerâmica cinzenta tardia, datável do século V/VI (Delgado *et al.*, 2009: 66), fragmentos de uma taça de asa interior, também de cerâmica cinzenta tardia, datável do século VI (Delgado *et al.*, 2009: 68) e ainda diversos fragmentos de uma taça campanulada ampla com fios brancos aplicados, datável do século V (=0068=) (Cruz, 2009: 192,193). Também a UE0030, que se reporta à camada de destruição do hipocausto que aqueceria as áreas 1 e 2, permitiu o registo de materiais datáveis do período tardo

⁶ Os materiais arqueológicos estudados nesta fase provêm de diversas fontes. Aqueles que não são acompanhados da devida referência bibliográfica foram estudados de forma sumária aquando da realização do primeiro estudo sobre este arqueossítio, estando presentes nos cadernos de campo.

antigo, entre os quais se destacam vários fragmentos de taças de vidro campanuladas amplas, com fios brancos aplicados, datáveis do século V (=0089=, =0100=) (Cruz, 2009: 192,193), fragmentos de uma taça de vidro campanulada funda lisa, datável do século IV-V (=0108=) (Cruz, 2009: 193), várias moedas do século IV (estrato 5, sondagem G2) (Delgado, 1987: 191) e ainda fragmentos de um pote, de cerâmica cinzenta tardia, datável do século VI (Delgado *et al.*, 2009: 68).

A UE0018, que se reporta ao nível de destruição dos muros M1 e M2, permitiu identificar alguma cerâmica um pouco mais tardia, designadamente um fragmento de asa e um bordo de pote, de cronologia alto medieval (=0102=), vários fragmentos de cerâmica comum, de possível cronologia alto medieval (=0076=) e vinte e um fragmentos de cerâmica comum de cronologia medieval/moderna (=0080=).



Figura 10 – Vista geral da sondagem G3 da escavação da R. Gualdim Pais, sendo visíveis em primeiro plano a canalização C2, a UE0032 e a UE0033 (MADDS).

2.3.4.2 Análise das estruturas

É atribuível para esta fase um conjunto de estruturas de cronologia tardia, podendo corresponder a um primeiro indício de uma ocupação posterior à desafetação da habitação e da sua unidade termal.

A UE0032 regista um bloco granítico, possivelmente reutilizado, uma vez que este se encontra associado ao muro M6 (UE0033). O muro UE0033 (M6), de cariz tardio, encontra-se orientado no sentido O/E, possuindo um aparelho irregular. Este poder-se-á ter sobreposto à calçada UE0045, identificada já na primeira fase de ocupação deste arqueossítio, correspondendo, por isso, a uma inutilização do eixo viário. O muro UE0039 (M7) apresenta características similares ao muro M6, podendo desta forma ser também tardio. Este muro surge orientado no sentido S/N, apresentando um aparelho irregular.

2.3.4.3 Análise da estratigrafia

Para esta fase é possível salientar um conjunto bastante significativo de valas de saque e níveis associados ao derrube de muros. Todas estas unidades sedimentares evidenciam grandes destruições ao longo desta fase, que poderá ter-se iniciado no século V. Foram registados dois níveis de destruição associados aos muros M1 e M2, identificados como UE0017 e UE0018, que forneceram materiais de cronologia um pouco díspar, sugerindo um largo espectro temporal, não possibilitando assim a datação, com precisão, da destruição destes muros.

Associado ao muro UE0001 (M1) foi identificada uma camada de derrube, registada como UE0019, fornecendo esta vários materiais de cronologia recuada. Contudo, a análise estratigráfica sugere que este derrube se possa ter efetuado numa fase anterior aos dois níveis registados como UE0018 e UE0019.

Entre estes níveis encontra-se um saque, UE0020, associado aos muros M1 (UE0001) e M2 (UE0002), cujo enchimento UE0021 não forneceu informações capazes de datar, com segurança, este saque. Uma outra vala de saque, identificada como UE0022, está também associada à destruição do muro M2, sendo estratigraficamente possível sugerir que tenha ocorrido após a formação dos níveis registados como UE0017 e UE0018. A vala de saque UE0024, associada ao enchimento UE0025, permitiu exumar materiais datáveis dos séculos V/VI, sendo esta a unidade sedimentar que nos fornece materiais de cronologia mais precisa. É de salientar que, estratigraficamente, estes níveis poderão ter-se formado a par da vala de saque UE0022.

A UE0029 refere-se a um derrube do muro M2 (UE0002), que não forneceu materiais datáveis. Por seu turno, a UE0030, que corresponde a um nível de destruição do hipocausto, poderá ser contemporânea da UE0029, podendo ser datada dos séculos V/VI. Já a vala de saque

UE0047, com o respetivo enchimento UE0036, reporta-se ao saque do pilar P1, não tendo fornecido materiais datáveis, à semelhança do que ocorre com o enchimento UE0050, referente ao saque da calçada UE0045. Apenas a análise estratigráfica permitiu enquadrar estas unidades nesta fase.

2.3.5 Fase V (Século VI/XX)

2.3.5.1 Cronologia

A quinta e última fase de ocupação do sítio reporta-se a um período posterior ao século VI, podendo ir até ao século XIX/XX. Contudo, os materiais arqueológicos presentes nas unidades sedimentares enquadráveis nesta fase não nos permitem precisar as balizas cronológicas para a mesma, uma vez que não se encontram ainda estudados. Apesar de não nos ter sido possível aceder a materiais ou datações passíveis de nos fornecerem cronologias precisas, salientamos que Manuela Delgado se referiu à utilização do espaço ao longo da idade média e da idade moderna, atestada pela presença de materiais desses períodos (Delgado, 1987: 191).

2.3.5.2 Análise das estruturas

Esta fase de ocupação pode ser atestada, a nível construtivo, por apenas uma estrutura, identificada como UE0014 (M5). Esta estrutura aparenta ser de cariz recente, orientada no sentido E/O, apresentando um aparelho irregular. Apesar da sua vala de fundação não nos proporcionar materiais capazes de datar com segurança a sua construção, esta poderá ser colocada num período recente, pois a sua vala de fundação foi aberta na camada superficial (UE0013).

2.3.5.3 Análise da estratigrafia

A UE0013 surge-nos como a camada superficial, aparecendo em alguns pontos coberta por um espesso manto vegetal, sobre a qual assenta o já referido muro M5. A sua construção implicou o corte da camada pela vala de fundação UE0015, cujo enchimento UE0016 não forneceu materiais capazes de datar com segurança a construção da estrutura.

Nesta fase são também bem patentes os níveis que atestam grandes destruições, já presentes desde na fase anterior. A UE0044 reporta-se à vala de saque da canalização C2, que poderá ter sido construída durante a fase IV. A esta vala surge associado o enchimento UE0046.

Posteriormente a este primeiro saque poder-se-á ter seguido um outro, ainda associado à destruição desta mesma canalização e do muro M6 (UE0033), integrado igualmente na fase IV. Este saque foi registado como UE0038, possuindo um enchimento identificado como UE0043.

A análise estratigráfica sugere ainda a presença de um nível de remeximento UE0041, sobreposto às UEs 0043 e 0055. Este nível poder-se-á ficar a dever à sucessiva utilização do local até aos nossos dias. A partir da análise estratigráfica podemos sugerir que este lugar terá sofrido ainda um grande nivelamento, referenciado como UE0058.

Considerações finais

No presente relatório apresentam-se os resultados do trabalho desenvolvido no âmbito do estágio realizado da UAUM, no ano académico de 2011-2012, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia na referida Universidade.

Escolhemos como tema de investigação as termas romanas de *Bracara Augusta* e, no decorrer do estágio, tivemos oportunidade de realizar o estudo de duas escavações arqueológicas que facultaram estruturas correspondentes a um edifício termal de carácter público e a umas termas de carácter privado, datáveis entre finais do século III/ inícios do século IV, as quais se inseriram numa unidade habitacional, presumivelmente de tipo *domus*.

Ambos sítios estudados foram descobertos no âmbito de trabalhos de ação preventiva de minimização de impactos decorrentes de projetos de construção para o interior de dois quarteirões. Assim, as termas públicas foram identificadas no decorrer de uma escavação preventiva realizada pelo GACMB, no miolo de um quarteirão limitado a norte pela R. D. Afonso Henriques, a oeste pela R. de Santo António das Travessas, a sul pela R. de S. Paulo e a nascente pela R. de S. Tiago. Por sua vez, o balneário privado foi encontrado no âmbito de trabalhos arqueológicos desenvolvidos pela UAUM num logradouro de um quarteirão limitado a norte pela R. D. Paio Mendes, a poente pela R. das Chagas, a sul pela R. D. Afonso Henriques e a nascente pela Rua D. Gualdim Pais.

Pretendia-se, com o estudo destes dois conjuntos balneares, contribuir para o melhor conhecimento das características das termas romanas de *Bracara Augusta*, objetivo que só viria a ser parcialmente atingido, devido ao carácter truncado dos dois edifícios estudados.

De facto, um dos principais problemas que afetou o desenvolvimento do nosso trabalho prende-se com um conjunto de condicionantes que são inerentes à prática da arqueologia urbana em geral. Alguns das dificuldades prendem-se justamente com o fato de as cidades constituírem verdadeiros palimpsestos, onde sucessivas tramas urbanas e construções foram sendo sobrepostas, por vezes anulando parcial ou totalmente os edifícios de épocas anteriores, dificultando assim a sua análise e interpretação. Outro dos problemas inerentes à prática da arqueologia urbana pode ser encontrado no carácter quase sempre fragmentário das intervenções arqueológicas, realizadas para avaliação dos impactos decorrentes das remodelações urbanas e não para se estudar os edifícios das épocas anteriores. Quase sempre o arqueólogo tem que parar as escavações no momento em que a importância das ruínas começa a justificar, de facto, a sua escavação integral, algo que se revela impossível, pois o financiamento da arqueologia preventiva é

sustentado pelos promotores e não pelas entidades que tutelam o património arqueológico. O resultado desta situação traduz-se, na maior parte dos casos, numa real impossibilidade de se conhecer a planimetria integral dos edifícios, ou porque as escavações incidem em áreas limitadas, ou porque as construções se estendem sobre edifícios atuais. A impossibilidade de prosseguirem as intervenções para as áreas anexas às sondagens planificadas dificulta quase sempre o conhecimento das dimensões reais dos edifícios, inviabilizando a sua interpretação global.

Admitindo que estes problemas não têm uma fácil solução, acresce ainda um outro, bastante comum na arqueologia urbana, que resulta da dispersão dos registos recolhidos em inúmeras escavações que permanecem desarticulados e espalhados por uma série de instituições, aguardando o devido estudo. Tudo isto dificulta o conhecimento da evolução de uma cidade ao longo do tempo, restringindo o trabalho de investigadores, empenhados em recuperar o passado das cidades atuais.

Muito embora o nosso trabalho tenha encontrado dificuldades que se articulam com alguns dos problemas enunciados, designadamente no que respeita ao carácter incompleto da informação disponível, queremos salientar que a situação de Braga, relativamente à arqueologia urbana possui particularidades que, não logrando superar as dificuldades gerais das intervenções urbanas, permitem todavia que os registos das escavações sejam adequadamente disponibilizados e facilmente integráveis no SIAUA. Por outro lado existe uma cooperação institucional entre a UAUM e o GACMB que permite que a informação das escavações possa ser trabalhada para produzir resultados científicos.

Na prática, e pese embora as dificuldades com que nos deparámos, julgamos que a oportunidade de realizar este estágio nos permitiu compreender bem de perto toda a problemática da arqueologia urbana em geral e as dificuldades da sua prática. Foi, sem dúvida, uma enorme aprendizagem que se traduziu numa importante mais-valia para o nosso futuro profissional.

O trabalho desenvolvido no âmbito do nosso estágio permitiu-nos ainda aprofundar as bases metodológicas de trabalho de gabinete, bem como adquirir maior mestria no uso de ferramentas informáticas, reconhecidas como fundamentais na atividade profissional de arqueólogo. Pudemos igualmente aumentar as nossas competências interpretativas e aprofundar o conhecimento relativo ao interessante mundo das termas romanas.

No que respeita aos resultados científicos do estudo que realizamos sobre dois conjuntos termais de *Bracara Augusta* cabe salientar alguns aspetos que julgamos de interesse para o melhor conhecimento das termas romanas da cidade.

Muito embora não seja possível adiantar dados definitivos relativamente às datações e fases de ocupação das termas públicas da R. D. Afonso Henriques, parece plausível sugerir uma data de construção deste grande edifício em torno do século II, podendo assim a sua edificação enquadrar-se no grande plano de monumentalização que se terá operado um pouco por toda a cidade de *Bracara Augusta* a partir da época flávia, mas com maior expressão nos inícios do século II, altura em que foram igualmente construídas as termas públicas do Alto da Cidade, anexas a um teatro (Martins, 2005). Admitindo-se uma cronologia antonina para as termas da R. D. Afonso Henriques, cabe destacar que ambas funcionaram em simultâneo e que o século II terá sido o grande momento de expressão das termas públicas em Braga, uma vez que data desse século, também, a construção de umas outras termas, igualmente públicas, embora de média dimensão, na parte norte do quarteirão das Carvalheiras, conforme foi recentemente sugerido (Martins *et al.*, 2011). Estamos assim perante uma alargada difusão de balneários, que testemunham a generalização da prática de banhos públicos em *Bracara Augusta* ao longo do século II.

O grande impulso construtivo iniciado no século II, verificado um pouco por toda a cidade, que contemplou a construção de um teatro (Martins *et al.*, 2006), de um anfiteatro (Moraes, 2001) e de várias termas, parece coincidir com o aumento do poder de compra da população, traduzido pelo elevado número de importações que é característico desse período (Moraes 1998, *apud* Magalhães, 2010: 19). Este aumento do poder de compra pode ainda ser usado para inferir uma crescente riqueza das elites bracarenses, que poderão ter ajudado a financiar a construção dos vários edifícios públicos já referidos.

A reforma que parece ter existido no balneário da R. D. Afonso Henriques, com a qual podemos articular o entulhamento do grande hipocausto, que permite transformar a anterior sala quente em fria, parece recolher algum paralelo na reforma operada nas termas da Cidade, em finais do século III/ inícios do século IV. Também aí os anteriores espaços aquecidos foram entulhados para dar lugar a um amplo espaço frio, tendo a área quente diminuído significativamente relativamente ao período precedente. Algo semelhante poderá ter ocorrido nas termas da R. D. Afonso Henriques, eventualmente no mesmo período, ainda que nos falem, na área escavada e conhecida, os novos espaços quentes que complementaríamos as novas áreas frias. O que sabemos é que a reforma destas termas não significa um declínio do balneário, traduzindo-se antes num maior aparato decorativo a fazer fé na evidência dos restos de tesselas que ornamentavam os pisos de vários espaços.

Assim, julgamos que as termas da R. D. Afonso Henriques terão sido remodeladas, talvez em finais do século III, ou inícios do século IV, momento que se regista uma generalizada reforma de edifícios públicos e privados, que vários autores têm associado à promoção de *Bracara Augusta* a capital da nova província da Galécia, criada por Diocleciano (Martins et al., 2012).

Possuímos poucos dados construtivos e sobretudo cronológicos que nos ajudem a precisar a possível evolução do edifício ao longo do século IV, bem como o seu abandono. Sabemos, no entanto, que as termas do Alto da Cidade só foram abandonadas nos finais do século IV, ou mesmo no início do século V (Martins, 2005). Os motivos para esse abandono podem ser encontrados numa nova mentalidade que se generaliza com a adoção do Cristianismo, já que os dados disponíveis apontam para que a *Bracara Augusta* do século V seja ainda um pujante cidade, apesar de se encontrar então sob domínio dos Suevos, que dela fazem a sua capital.

Acreditamos que o estudo dos materiais associados aos saques dos muros das termas da R. D. Afonso Henriques irão permitir fixar o momento do seu abandono, mas arriscaríamos a considerar que este deve ter ocorrido durante o século V, tal como parece acontecer com o balneário privado da R. Gualdim Pais.

Uma das características das termas públicas e privadas ao longo do século IV parece associar-se à redução das áreas quentes, em claro benefício dos espaços frios. Esta tendência, evidenciada na Fase III (finais do século III/inícios do século IV) e Fase IV (meados do século IV) das termas do Alto da Cidade (Martins, 2005), parece encontrar expressão nas termas da R. D. Afonso Henriques, estando igualmente bem patente no balneário privado da *domus* da R. Gualdim Pais, podendo ficar a dever-se à carestia da madeira necessária para aquecer os hipocaustos. Não é igualmente de rejeitar uma eventual retração do poder económico da cidade, devido ao aumento dos impostos, que a médio e longo prazo se terá traduzido numa diminuição do investimento nos edifícios públicos, obrigando a uma redução do número de obras necessárias para os reparar e custear o seu funcionamento, levando gradualmente ao seu abandono.

Outros dos fatores que poderá explicar o abandono das termas públicas ao longo do século V, prende-se com a generalização do Cristianismo, pouco favorável a práticas consideradas profanas, como a exposição do corpo nas termas, ou à frequência dos teatros.

Relativamente ao balneário privado da Rua D. Gualdim Pais cabe destacar a sua cronologia avançada, uma vez que terá sido construído entre finais do século III/inícios do século IV, num momento em que grande número de habitações privadas se renova introduzindo balneários no corpo das construções, situação documentada também na *domus* da Escola Velha da Sé, mas

também, na *domus* de Santiago (Magalhães, 2010; Martins, *et al.*, 2011). Cabe referir que a introdução de banhos privados nas casas se faz acompanhar de outros sinais de luxo, normalmente patentes na aplicação de mosaicos nos pavimentos (*domus* da Escola Velha da Sé), ou na sofisticação dos peristilos, como surge documentado na *domus* de Santiago, onde é construído um tanque forrado a mosaico, datado do século III/IV (Magalhães, 2010).

Muito embora possam existir casas com banhos privados em *Bracara Augusta* anteriores ao século IV, este será sem dúvida o momento em que proliferam os balneários privados, conforme foi já sugerido por M. Martins (2005), os quais documentam a riqueza das elites bracarenses.

No entanto, é de supor que alguns desses balneários tenham visto encurtados os seus espaços quentes, ainda ao longo do século IV, ou em finais do mesmo, conforme pudemos documentar no balneário privado da R. Gualdim Pais.

Cabe destacar que os equipamentos de banhos, quer públicos, quer privados, exigiam, para além de abundantes quantidades de combustível, estruturas de abastecimento de água, certamente ligadas a redes de distribuição urbana. Assim parece acontecer nas termas públicas da R. D. Afonso Henriques onde uma grande conduta, que atravessava a área de serviços, conduzia água corrente, ao que parece a partir da rua situada a sul, para a grande piscina identificada na área 4. No entanto, estamos certos que a alimentação em água deste grande espaço de banhos exigiria outras fontes de alimentação, por ora desconhecidas. Outro tanto não poderemos afirmar relativamente ao balneário privado que foi estudado, onde as estruturas de condução de água se encontram muito mal conservadas, sendo difícil atribuir-lhes uma funcionalidade precisa.

Apesar de serem desconhecidos elementos decorativos associados aos balneários estudados, tal não implica necessariamente a sua inexistência. Estamos em crer, conforme já referido, que os pavimentos em *opus tessellatum* exibiriam complexos padrões, tal como o verificado em alguns edifícios deste tipo, por todo o Império romano. Será ainda de supor, uma vez mais recorrendo aos exemplares de termas melhor conservados, que um edifício termal com as características daquele agora estudado na R. D. Afonso Henriques estivesse repleto de estatuária.

Apesar do carácter truncado dos dados fornecidos pelas escavações que foram analisadas ao longo do nosso estágio, procurámos com este relatório providenciar o máximo de dados possíveis, de modo a potenciar novas análises futuras dos dados. Aguardamos a conclusão do estudo dos materiais cerâmicos da escavação da R. D. Afonso Henriques, de modo a possibilitar a correta datação das estruturas, permitindo o correto faseamento do edifício termal, na certeza de que poderemos estar perante as maiores termas romanas conhecidas até ao momento em Braga.

Bibliografia

- Adam, J. P. (2005). *Roman Building, Materials e Techniques*, B.T. Batsford Ltd, London
- Alarcão, J. (1999). *Conímbriga, o chão escutado*, Círculo de Leitores, Edicarte, Edições e Comércio de Arte, Lisboa
- Correia, V. H. e Pilar Reia, M. (2000). As termas de Conímbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana. In Fernández Ochoa, C. e Garcia Entero, V. (eds.) *Termas romanas en el Occidente del Imperio*, Coloquio Internacional, Gijón 2000, Série Património, 5. Gijón, vtp editorial, pp. 271-280
- Costa, A., Palahí, L. e Vivó, D. (2011). *Aquae Sacrae. Agua y Sacralidade en la Antigüedad*, Actas de la Reunión Internacional, Girona
- Cruz, M. (2009). *O Vidro romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*, Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
(<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9883>)
- Degbomont, J. M. (1984). *Le chauffage par hypocauste dans l'habitat privé: de la Place St. Lambert à Liège à l'Aula Palatina de Trèves*, ERAUL – Études et Recherches Archéologiques de l'Université de Liège, Liège, p.17
- DeLaine, J. (1999). Bathing and society. In DeLaine, J. e Johnston, D. E. (eds.) *Roman Baths and bathing. Proceedings of the First International Conference on Roman Baths*, Journal of Roman Archaeology, Portsmouth, Rhode Island, SS 37, pp.7-16
- DeLaine, J. e Johnston, D. E. (eds.). (1999). *Roman Baths and bathing. Proceedings of the First International Conference on Roman Baths*, Journal of Roman Archaeology, Portsmouth, Rhode Island, SS 37
- Delgado, M. (1987). Notícia preliminar sobre o salvamento do quarteirão da R. Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, 4, Série II, Braga, pp. 187-199

- Delgado, M., Morais, R. e Ribeiro, J. (2009). *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*, CITCEM, Braga
- Dias, L. A. (1997). *Tongobriga*, IPPAR, Lisboa
- Garrido Elena, A., Mar, R. e Martins, M. (2008). *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário. Bracara Augusta*, Escavações Arqueológicas, 4, UAUM//NARQ, Braga
- Fernández Ochoa, C., Garcia Entero, V. eds. (2000). *Termas romanas en el Occidente del Imperio*, Coloquio Internacional, Gijón 2000, Série Património 5, Gijón, vtp editorial
- Frade, H. e Moreira, J. (1992). A arquitectura das Termas Romanas de S. Pedro do Sul. *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie II, História Antigua, t. V, pp. 515-544
- Giuliani, C. F. (2007). *L'edilizia nell'antiquità*, Editore Carocci, Roma
- Grimmal, P. (2003). *As cidades romanas*, Edições 70, Lisboa
- Grenier, A. (1960). *Manuel d'Archeologie Gallo-Romaine, IV partie: Les monuments des Eaux, Aqueducs – Thermes*, Ed. A. et J. Picard et Cie, Paris
- Gros, P. (1996). *L'Architecture Romaine: du debut du III siècle av. J.C. à la fin du Haut-Empire 1. Les Monuments Publics*, Col. Manuels d'Art et d'Archeologie Antiques, Picard Editeur, Paris
- Lemos, F. S. (2008). Antes de Bracara Augusta, *Forum* nº 42-43, Braga, pp. 203-239
- Lemos, F. S., Leite J., Bettencourt, A. e Azevedo, M. (2003). *O balneário pré-romano de Braga*, Al-Madan nº12, Almada, pp. 43-46
- Lemos, F. S. Leite, J.M.F. e Fontes, L. (2003). A Muralha de Bracara Augusta e a Cerca Medieval de Braga, In I. Fernandes (coord.) *Actas do Simpósio Internacional Sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela / IPPAR, Palmela, pp.121-132

- Lenoir, E. (1991). Thermes romains de Mauerétanie Tingitane. In *Les thermes romains. Actes de la table ronde*, Rome 11-12 novembre 1998, Roma, pp. 151-160
- Lombardi, L. e Corazza, A. (1995). *Le terme di Caracalla*, ed. Flli Palombi, Roma
- Le Roux, P. (1994). *Bracara Augusta*, ville Latine. In *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), SPAE, Porto, pp 229-241
- Maciel, M. J. P. (2006). *Vitrúvio. Tratado de Arquitectura*, Instituto Superior Técnico, IST Press, Lisboa
- Magalhães, F. (2010). *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*. Dissertação de Mestrado (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
(<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13619>)
- Mar, R. (1990). *Las termas de tipo medio en Ostia y su inserción en el espacio urbano. Estudio Preliminar*, Italica, 18, pp. 31-77
- (1994). Las Termas y su inserción urbana en el Occidente Romano. In *Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clássica*, 1, Tarragona, pp.285-290
- (2000). Las termas Imperiales. In Fernandez Ochoa, C. e Garcia Entero, V. eds. – *Termas Romanas en el Occidente del Império*, Coloquio Internacional, Gijón 2000. Série Património 5, Gijón, vtp editorial pp. 15-21
- (1993). *Vitrubio y la tipología de los teatros Augústeos. Un problema de interpretación histórica*, Braçal, Centre d' Étudis del Camp de Morvedre, Núm. 10, Sagunto, pp. 23-44
- Mar, R., López, J. e Piñol, LL. eds. (1993). *Utilizació de l'aigua a les ciutats romanes*. Documents d'Arqueologia Clássica, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona
- Martins, M. (1993). História e memória de Bracara Augusta: Um difícil diálogo passado presente, *Forum* nº12/13, Braga, pp. 13-15

- (1998). *A zona arqueológica das Carvalheiras*, Cadernos de Arqueologia, Braga, série II, 14-15, pp. 23-45
- (2004). Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. In *Simulacra Romae. Roma y las Capitales Provinciales del Occidente Europeo*, Estudios Arqueológicos, Tarragona, pp.149-173
- (2005). As termas Romanas do Alto da Cidade – Um exemplo de arquitetura pública de *Bracara Augusta*. In Martins, M. (coord.) *Bracara Augusta*, Escavações Arqueológicas 1 2005, UAUM/NARQ, Braga
- (2009). *Bracara Augusta*. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In Dopico Cainzos, D., Rodríguez Alvarez, P. e Villanueva Acuña M. (eds), *Do Castro á Cidade.A Romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropeia*, *Actas do Curso de Actualización sobre a romanizacion de Galiza*, Lugo, pp. 167-198
- Martins, M. e Silva, P. (2000). As termas públicas de *Bracara Augusta*. In Fernández Ochoa, C. e Garcia Entero, V. (eds.), *Termas romanas en el Occidente del Imperio*, Coloquio Internacional, Gijón 2000. Série Património 5, vtp editorial, Gijón, pp. 73-81
- Martins, M., Ribeiro, J. e Magalhães, F. (2006). A arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*, *Forum*, nº 40, Braga, pp. 9-30
- Martins, M. e Fontes, L. (2010). *Bracara Augusta*. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana. In *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d'un espace commun européen. Une approche archéologique*, Bulletin de la Societé archéologique champenoise, Mémoire nº19, pp. 111-124
- Martins, M., Ribeiro, M.C. e Baptista, J. M. (2011). As termas públicas de *Bracara Augusta* e o abastecimento de água da cidade romana. In Costa, A., Palahí, L. e Vivó, D. (eds.). *Actas de la Reunión Internacional Aquae Sacrae. Agua y Sacralidade en la Antigüedad*, Girona, pp. 69-101

- Martins, M., Meireles J., Fontes, L., Ribeiro, M., Magalhães, F. e Braga, C. (2012). *Água. Um Património de Braga*, UAUM e CITCEM, Braga
- Martins, M. e Ribeiro, M. (2012). Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar. In Martins. M., Freitas, I. e Val Valdivieso (coord.) *Caminhos da água paisagens e usos na longa duração*, CITCEM, Braga, pp. 9-52
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F. e Braga, C. (2012). Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade economia e lazer. In *Evolução da paisagem urbana. Sociedade e economia*, UAUM e CITCEM, Braga, pp. 29-68
- Mau, A. e Kelsey, F. (1899). *Pompei its life and art*, Washington
- Mora, G. (1981). *Termas romanas en Hispânia*, Archivo Español de Arqueologia, 54, Madrid, pp. 37-89
- Morais, R (1998). As ânforas da zona das Carvalheiras. Contributo para o estudo das ânforas romanas de *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia, Monografia 8*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga
- (2001). Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta, *Forum*, 30, Braga, pp. 55-76
- (2004). *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, Dissertação de Doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga
- (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4721>)
- Nielsen, I. (1990). *Thermae et Balnea. The architecture and history of Roman Publics Baths*, Aarhus
- (1999). Early provincial baths and their relations to early italic baths. In Delaine, J. e Johnston, D. E. (eds.) *Proceedings of the First International Conference on Roman Baths*, Journal of Roman Archaeology, Portsmouth, Rhode Island, SS 37, pp.35-43

- Pérez Morillo, M. (1997). Pervivencia de los conocimientos termales de la Antigüedad en los escritores neolatinos de los siglos XVI al XVIII. In Peréx Agorreta (coord.), *Termalismo Antiguo, I congreso Peninsular*, Arnedillo 1996, Madrid, pp. 21-28
- Pilar Reis, M. (2004). *Las termas y balnea romanos da Lusitania*, Studia Lusitana, Ministério da Cultura, Madrid
- Ribeiro, J. (2010). *A arquitectura romana de Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias*, Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
(<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12232>)
- Ribeiro, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Tese de doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
(http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8113/4/MCRibeiro_PhD_Anexos_e_Apendices.pdf)
- Rodríguez Colmenero, A. (1996). Integración administrativa del Noroeste peninsular en las estructuras romanas. In Rodríguez Colmenero, A. (Coord.) *Lucus Augusti I. El amanecer de una ciudad*. A Coruña p. 265 299.
- Silva, A., Pinto, F., Quintino, N. e Teixeira, V. (2007). Novos dados sobre o urbanismo e história da cidade de Chaves. In *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, I Série vol. V-VI, Porto, pp. 549-565
- Silva, J. (2000). *A Insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitectura Privada em Bracara Augusta*. Tese de mestrado (policopiada), Universidade do Minho, Braga.
- Silva, P. (2000). *As termas romanas de Bracara Augusta*, Tese de Mestrado (policopiada), Universidade do Minho, Braga
- Silva, P. (2003). *As termas romanas de Bracara Augusta*, Série 2, Argumentos, 22, FAUP, Porto

Teixeira, H. (2012). *Sistemas de abastecimento e drenagem de água a Bracara Augusta: aquedutos, canalizações e cloacas*. Tese de mestrado (policopiada, no prelo), Universidade do Minho, Braga.

Verdasca, A. (2010). *As termas de Troia: documentos escritos e materiais do Museu Nacional de Arqueologia*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa
(http://lisboa.academia.edu/AnaCristinaVerdasca/Papers/784318/As_termas_de_Troia_documentacao_escrita_e_materiais_do_Museu_Nacional_de_Arqueologia)

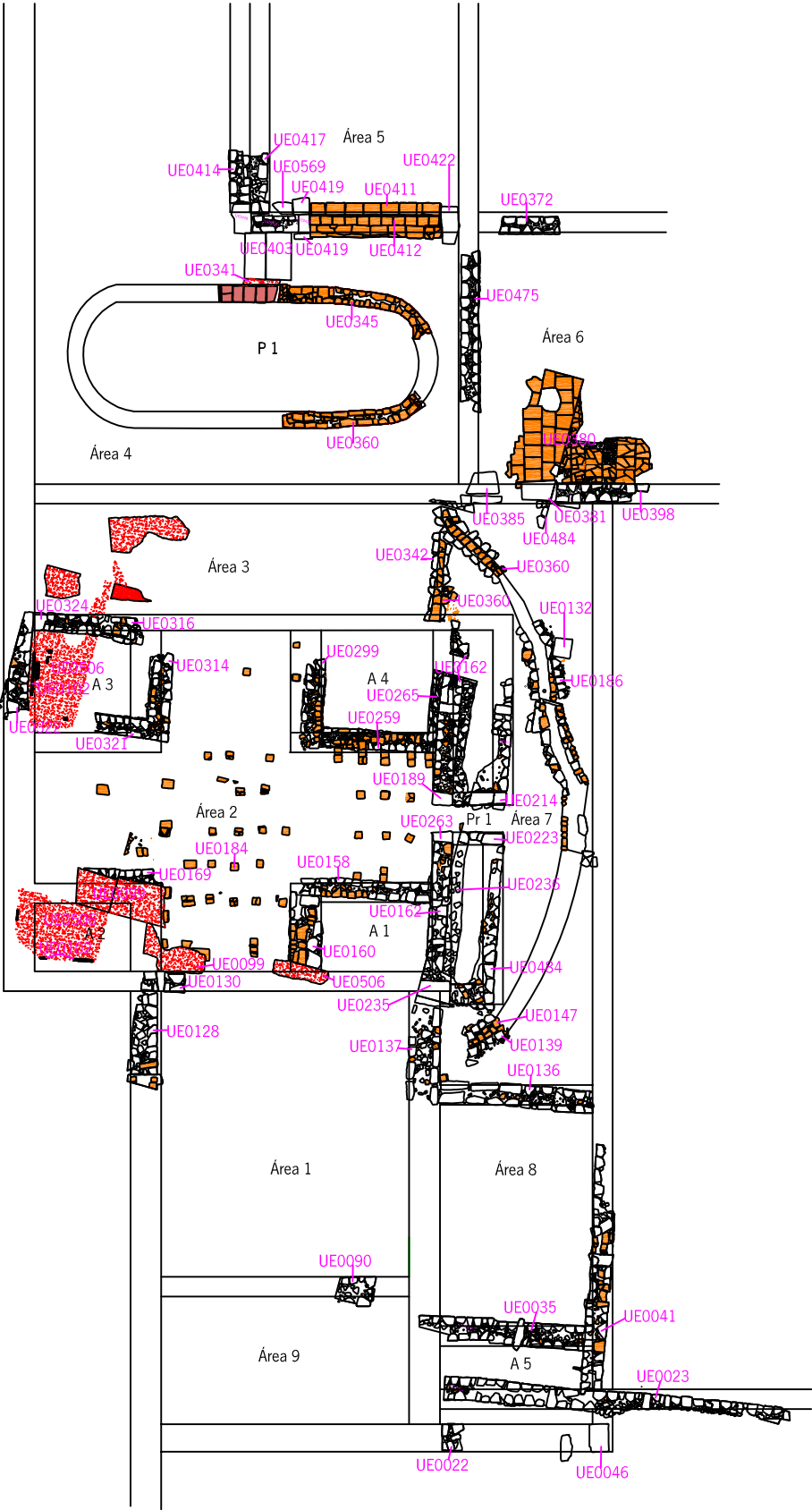
Yegül, F. (1992). *Baths and Bathing in Classical Antiquity*, Architectural History Foundation, New York





Websites:

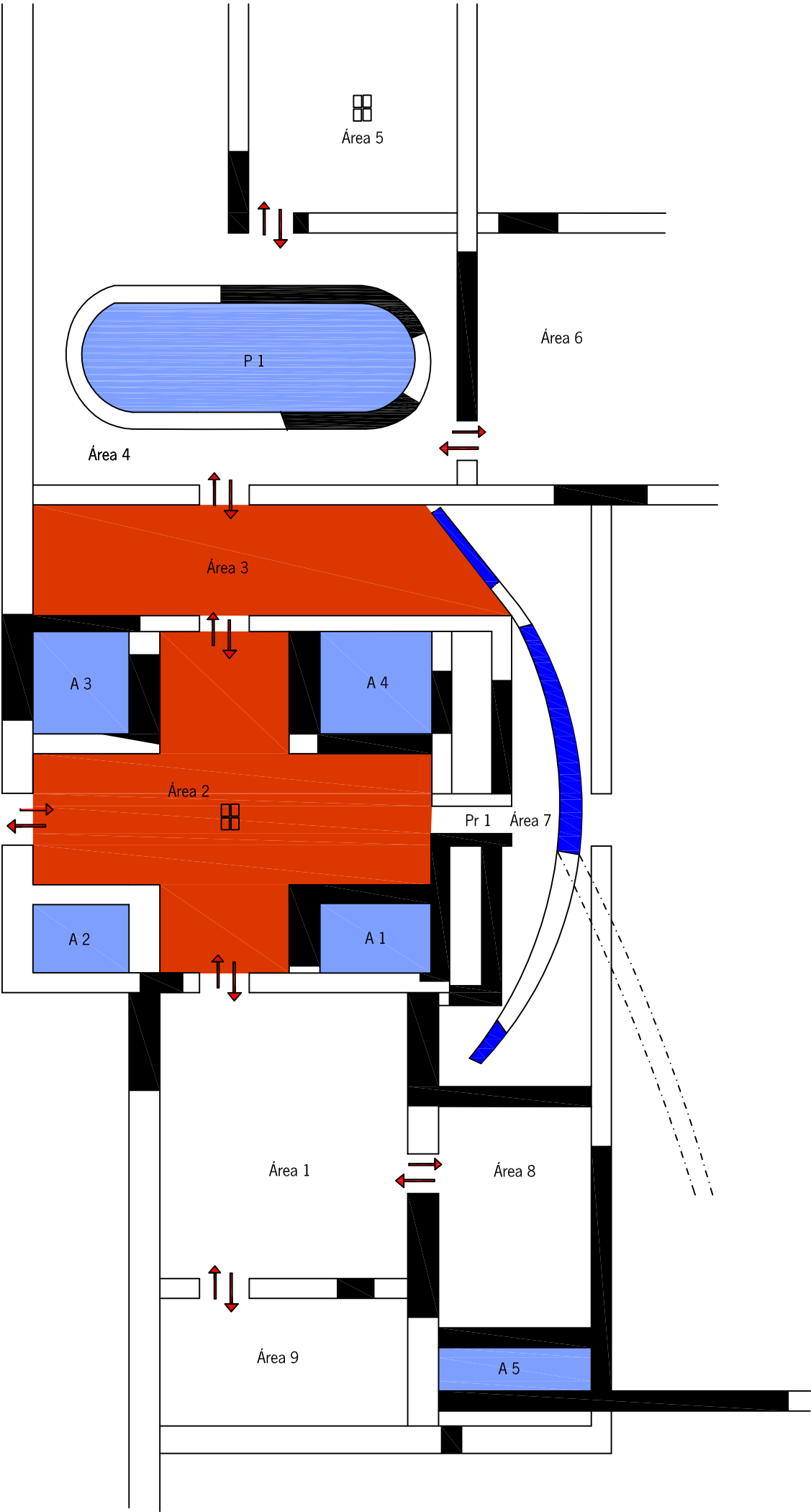
<http://www.uaum.uminho.pt/estrutura/Imagens/Rua%20G.%20Pais/escavacao/fig002.JPG>








Apêndices

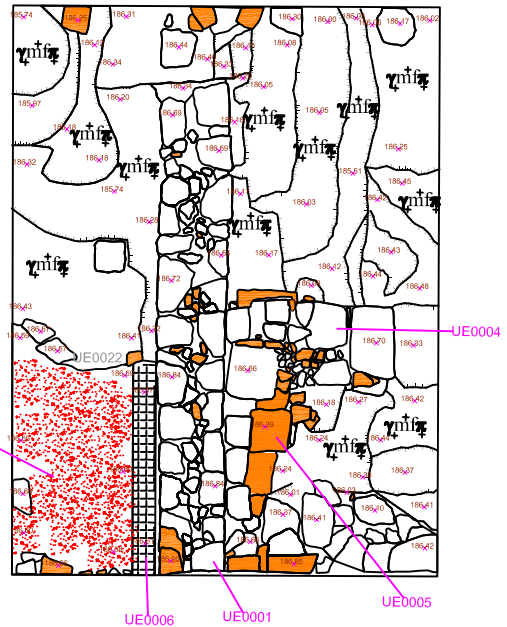
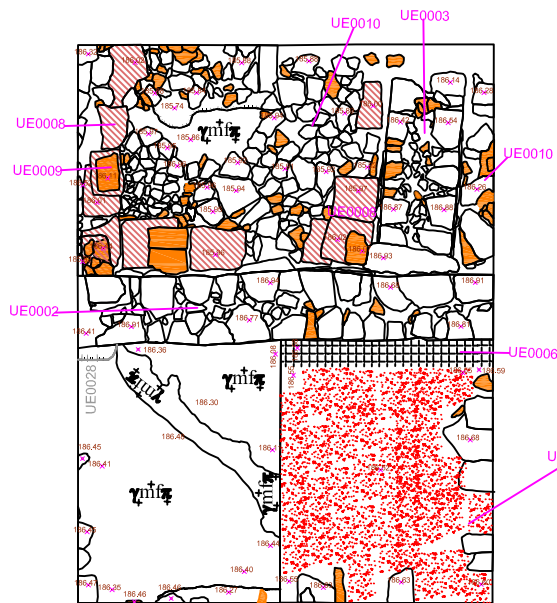
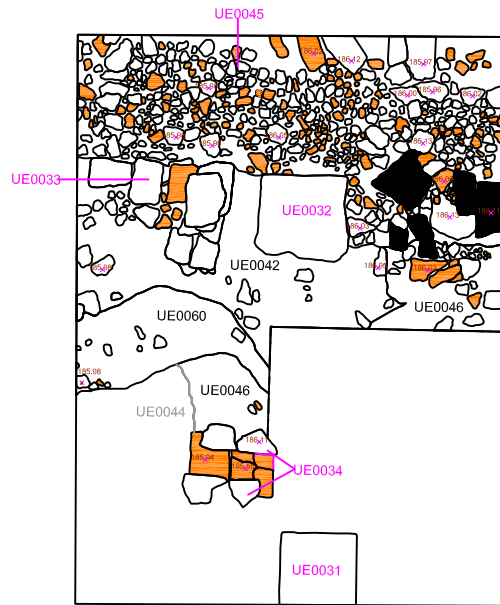













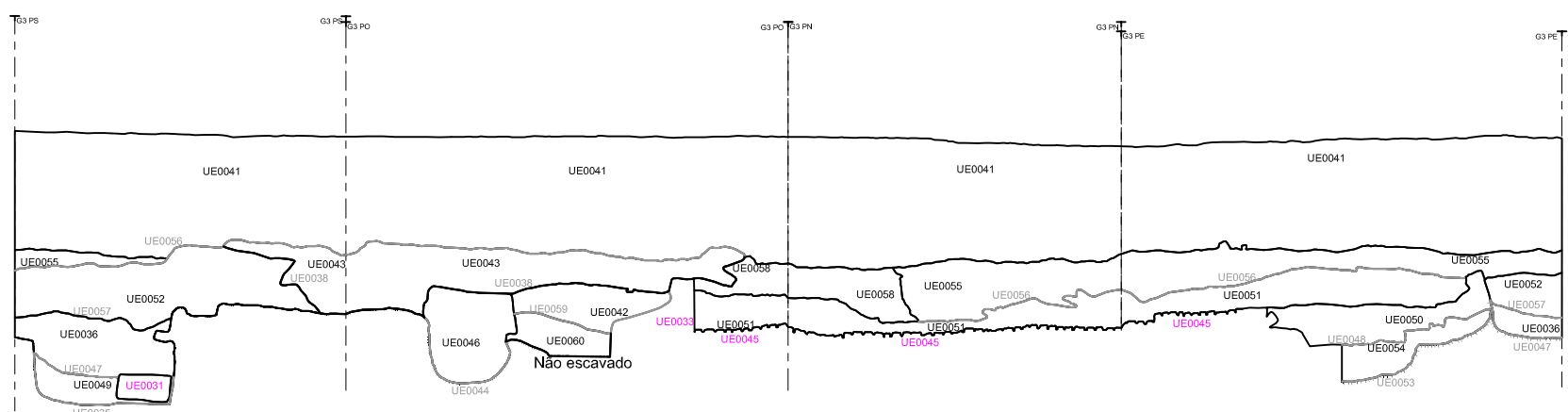
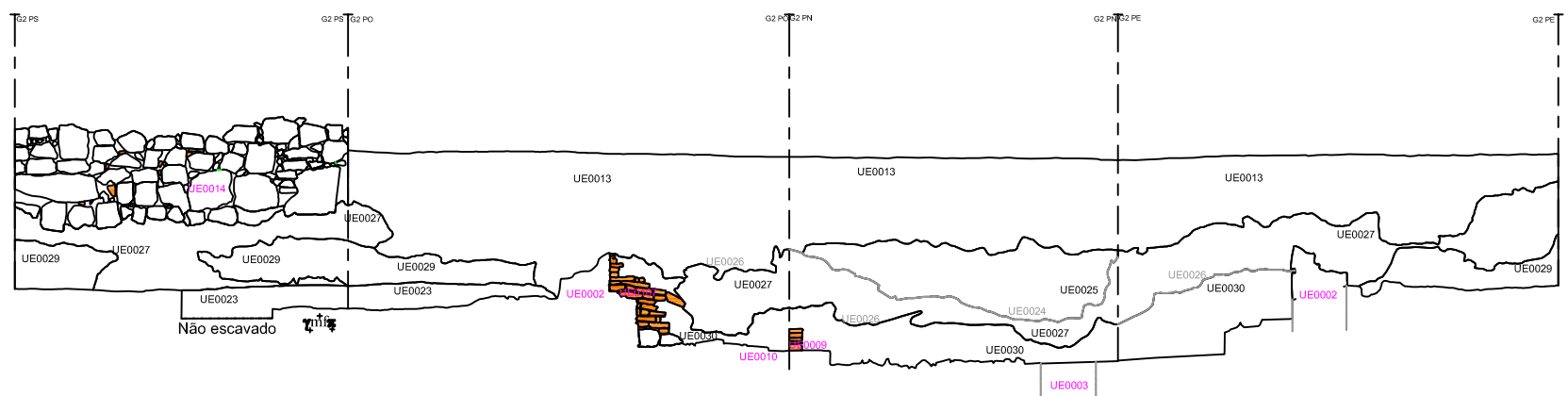
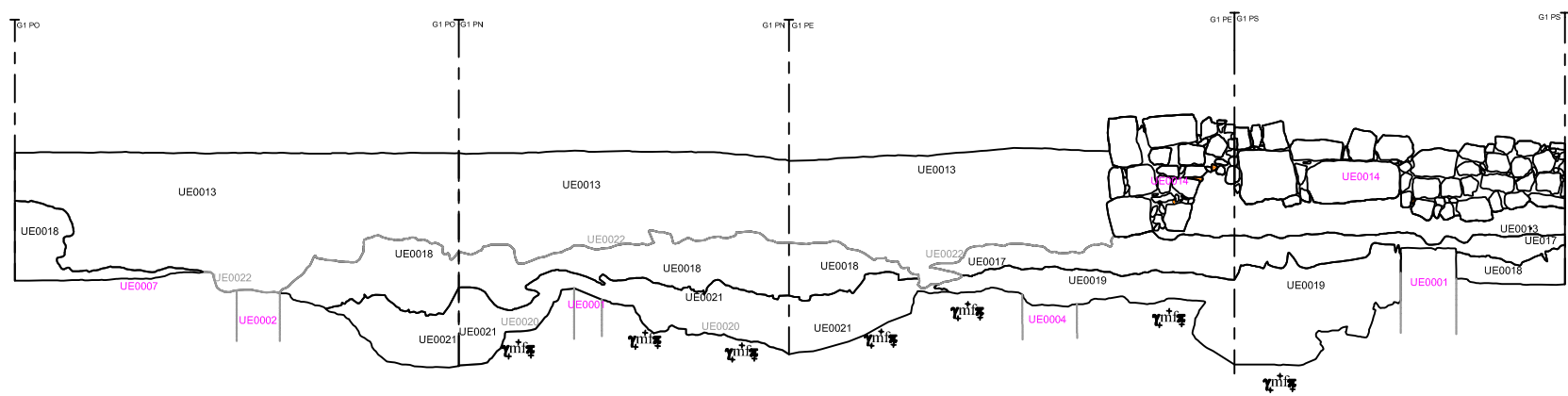
		As termas públicas e privadas de <i>Bracara Augusta</i> : os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais	Apêndice 2
Universidade do Minho		Planta interpretada da escavação da R. D. Afonso Henriques	Norte ↑
 Tijolo		 Opus Signinum	 Opus Tesselatum



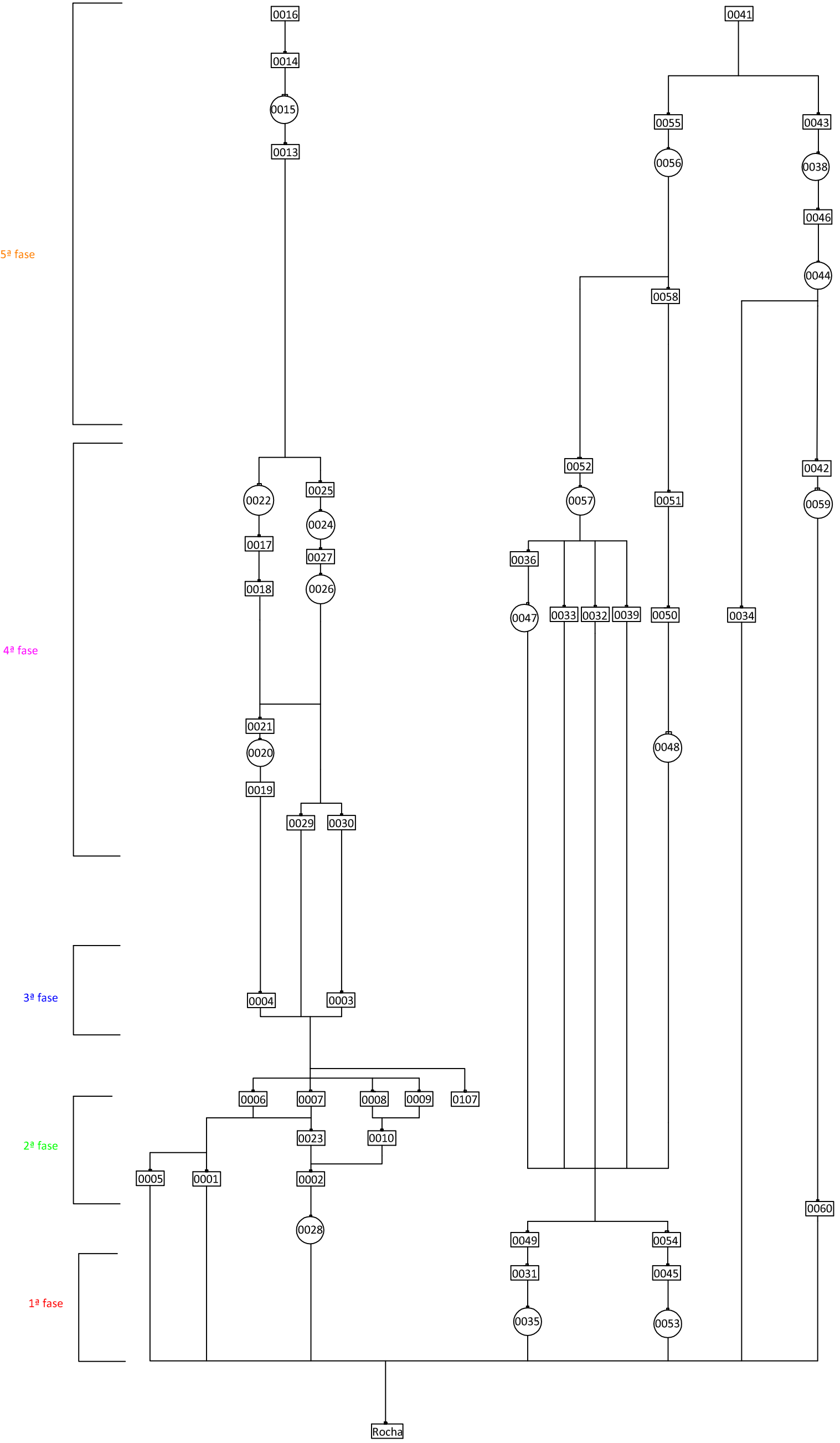
		As termas públicas e privadas de <i>Bracara Augusta</i> : os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais	Apêndice 3
Universidade do Minho		Planta com interpretação dos espaços da R. D. Afonso Henriques	Norte ↑
 Alve	 Estruturas de condução de água	 Ruína	 Projeção
 Pavimento			



<div><div></div><div>As termas públicas e privadas de <i>Bracara Augusta</i>: os casos de estudo da R. D. Alonso Henriques e da R. Guadim Pais</div></div>		Apêndice 5	
Universidade do Minho	Planta final da escavação da R. Guadim Pais	Norte ↑	
<div><div> Tijolo</div><div> Depressão</div></div>	<div><div> Tijoleira</div><div> Xisto</div></div>	<div><div> Granito de Braga</div><div> Opus</div></div>	<div> Opus Tessellatum</div>

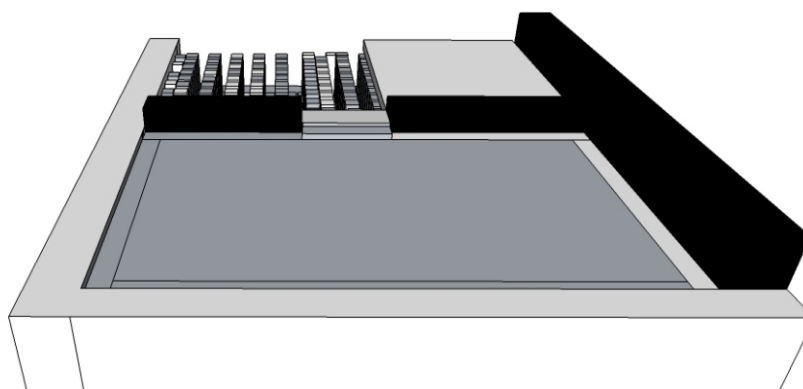
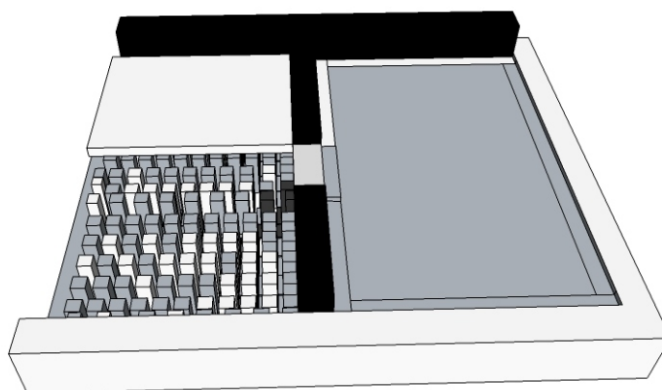
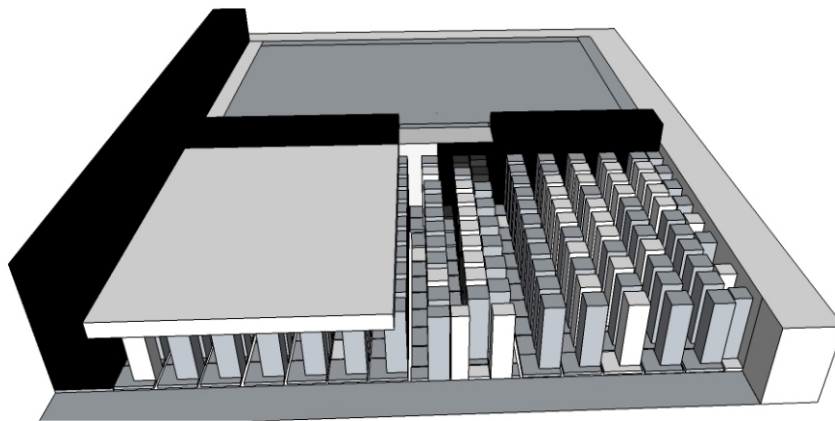




		As termas públicas e privadas de <i>Bracara Augusta</i> : os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais	Apêndice 6
Universidade do Minho	Cortes da sondagens G1, G2 e G3 da escavação da R. Gualdim Pais		
Tijolo	Granito de Braga	Não escavado	
Depressão	Projetado		



As termas públicas e privadas de *Bracara Augusta*
os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais

Apêndice 7



		<p>As termas públicas e privadas de <i>Bracara Augusta</i> os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais</p>	<p>Apêndice 8</p>
<p>Universidade do Minho</p>	<p>Restituição 3D do balneário da R. Gualdim Pais</p>		